



Secretaria da Fazenda  
do Estado da Bahia

# Prestação de Contas Anual Simplificada 2022



### Missão da SEFAZ

Prover e administrar os recursos financeiros para viabilizar as políticas públicas do Estado e orientar o cidadão quanto à importância do pagamento dos tributos e do controle da aplicação dos recursos públicos.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**Governador**

RUI COSTA

**Secretário da Fazenda**

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

**Subsecretário da Fazenda**

JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO

**Chefe de Gabinete**

ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS

**Superintendente de Administração Financeira**

ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

**Coordenadora de Desenvolvimento de Sistemas**

**Corporativos da Área Financeira**

ELVIRA CANDIDA CERDEIRA SILVA

**Coordenador Geral de Planejamento,**

**Acompanhamento e Controle Financeiro**

ILAN NOGUEIRA DE OLIVEIRA SANTANA

**Diretor do Tesouro**

MURILO CARNEIRO DA COSTA

**Diretor da Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO

CRC-BA 18.358/O-5

**Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia**

**Prestação de Contas**  
**Anual Simplificada**  
**2022**

# Sumário

## Capítulo 1

O que é a Prestação de Contas Anual? ..... 6

## Capítulo 2

Os Tributos e o Gasto Público ..... 8

## Capítulo 3

Como é dividido o Relatório da Prestação de Contas? ..... 14

## Capítulo 4

Gestão Orçamentária ..... 16

- O que é o orçamento público? ..... 17
- O que são receitas orçamentárias? ..... 18
- O que são Despesas Orçamentárias? ..... 20
- Como se dá a classificação funcional da Despesa Orçamentária? ..... 22
- O que é o Balanço Orçamentário? ..... 28
- Como se dá a análise do Balanço Orçamentário? ..... 29

## Capítulo 5

Gestão Financeira ..... 32

- O que é o Balanço Financeiro? ..... 33
- O que é a Demonstração dos Fluxos de Caixa? ..... 36

## Capítulo 6

Gestão Patrimonial ..... 40

- O que é o Balanço Patrimonial? ..... 41
- Como é dividido o Balanço Patrimonial? ..... 43
- O que é a Demonstração das Variações Patrimoniais? ..... 50
- Como é dividida a Demonstração das Variações Patrimoniais? ..... 51
- De que forma o resultado das Variações Patrimoniais afeta o Balanço Patrimonial? ..... 54
- O que é a Provisão Matemática Previdenciária? ..... 56

## Capítulo 7

Gestão Fiscal ..... 58

- Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF ..... 59
- O que é a Dívida Pública? ..... 61

## Capítulo 8

Gestão Econômica ..... 64

- O que é Balanço Econômico? ..... 65

## Capítulo 9

As Concessões de Serviços Públicos e a Parceria Público-Privada (PPP) ..... 68

## O que é a Prestação de Contas Anual?



**Fazer a Prestação de Contas Anual é um dever** de todo administrador público e norma elementar de conduta de quem quer que utilize os recursos públicos, conforme definido no Artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal:

**“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos [...]”.**

A edição e publicação do Relatório da Prestação de Contas em sua versão simplificada tem o objetivo de atender ao que dispõe o Art. 48, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**“Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.”**

Por meio da Prestação de Contas Anual, a sociedade toma conhecimento de como os recursos públicos foram aplicados.

No Estado da Bahia, é no relatório de prestação de contas do governador que os valores recebidos e gastos pelo Estado são demonstrados sob os pontos de vista do Orçamento, das Finanças, do Patrimônio e da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

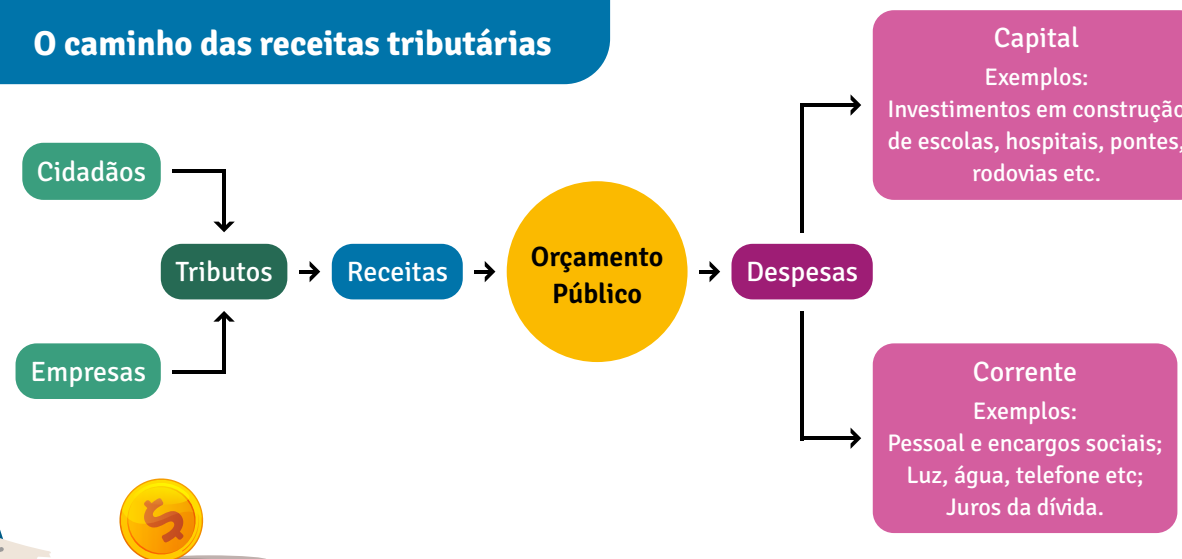
# Os Tributos e o Gasto Público

**Para melhor entendimento** da Prestação de Contas do Estado, é importante conhecer um pouco sobre as suas fontes de receitas e como elas são utilizadas.

O Estado não pode funcionar sem receitas, isto é, sem recursos financeiros para o cumprimento de suas funções. É o recebimento das receitas de tributos que viabiliza a manutenção dos bens públicos e dos serviços prestados pelo setor público à sociedade. Cada serviço, em áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura, proteção social, proteção ambiental, cultura, e muitas outras, só pode existir graças às receitas tributárias.

Portanto, onde há investimento público, os tributos estão presentes: de unidades de pronto atendimento a hospitais e serviços de alta complexidade; da educação básica à universidade pública; das viaturas aos equipamentos das polícias Civil e Militar; das obras viárias aos investimentos em saneamento básico; infraestrutura urbana e habitação, sem falar nos salários e aposentadorias dos servidores públicos responsáveis pela prestação desses serviços.

## O caminho das receitas tributárias



## Impostos, taxas e contribuições: qual a diferença?

Como contribuintes, pagamos tributos sob diferentes formas. Mas pouca gente sabe dizer qual a diferença entre impostos, taxas e contribuições, ou, ainda, quais os principais tipos de tributos. Definir estes conceitos é uma forma de educar a sociedade para que esta compreenda a origem de cada obrigação, bem como entenda também como os recursos públicos são aplicados. Confira, no glossário abaixo, a definição para cada categoria.

### Imposto

É o tributo cuja obrigação é gerada por uma situação independente de qualquer atividade estatal específica. Isso quer dizer que a cobrança do imposto não está vinculada a qualquer contraprestação diretamente proporcional ao valor exigido. O imposto é aplicado em razão das necessidades da sociedade, e sua aplicação visa ao bem comum.

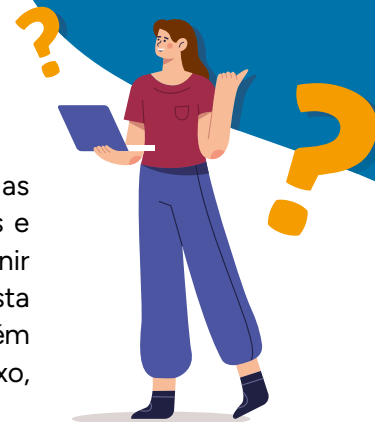


### Taxa

O pagamento de taxas corresponde a uma atuação estatal específica. O Estado presta um serviço pelo recebimento do tributo. As taxas se subdividem em dois grupos: no primeiro estão aquelas que são relacionadas com o exercício regular do poder de polícia, como acontece com a vigilância sanitária, e no segundo, aquelas decorrentes de serviço público específico utilizado pelo contribuinte, a exemplo da emissão de documentos, como a carteira de motorista; ou posto à sua disposição, como a taxa de lixo.

### Contribuição de Melhoria

É cobrada em função da atuação estatal indiretamente relacionada com o contribuinte, mas que lhe trará benefícios diretos. Pode ser cobrada, por exemplo, dos proprietários que tiverem o imóvel beneficiado em razão de obra pública.



### Empréstimo Compulsório

Apenas a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; ou viabilizar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Trata-se de um tributo restituível, isto é, deve ser devolvido ao contribuinte.

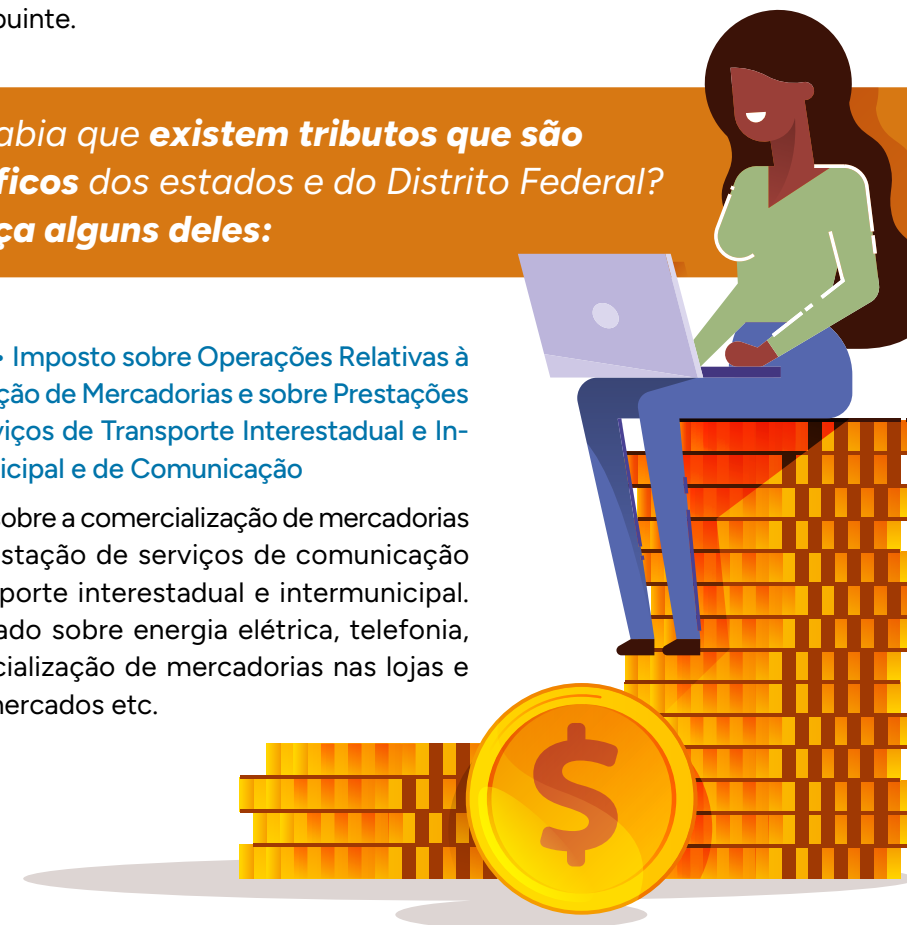
### Contribuições Sociais

Podem ser instituídas pela União, pelos estados e Distrito Federal e pelos municípios para custeio de sistemas de previdência e seguridade social, que incluem a previdência social, a assistência à saúde e a assistência social. São exemplos: PIS/Pasep, Cofins e INSS.

*Você sabia que existem tributos que são específicos dos estados e do Distrito Federal? Conheça alguns deles:*

### ICMS • Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

Incide sobre a comercialização de mercadorias e a prestação de serviços de comunicação e transporte interestadual e intermunicipal. É cobrado sobre energia elétrica, telefonia, comercialização de mercadorias nas lojas e supermercados etc.



**IPVA** • Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

É cobrado dos proprietários de veículos automotores.

**ITD** • Imposto sobre a Transmissão de “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos

Incide sobre herança ou doação, por exemplo, quando o pai decide doar aos filhos uma casa ou uma quantia em dinheiro.

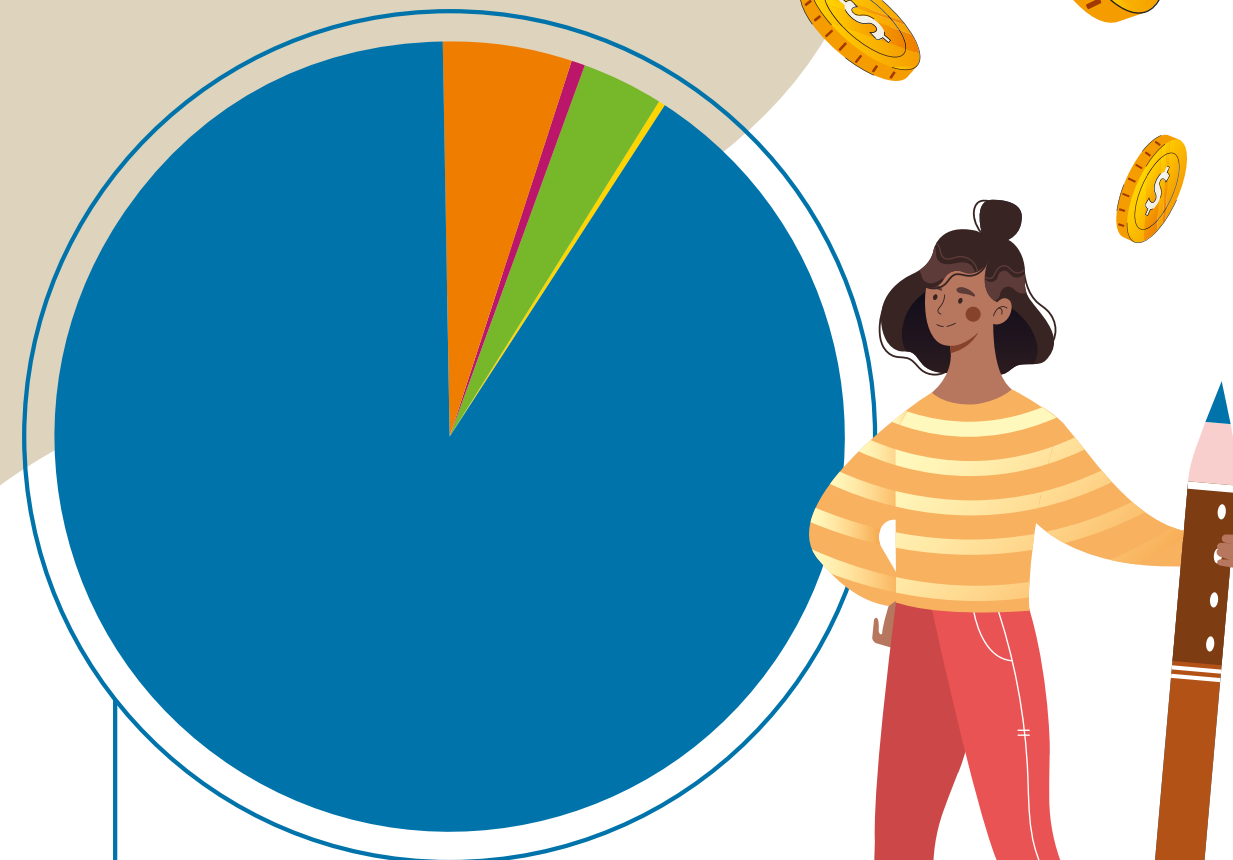
**Cenário da participação dos tributos estaduais, referência ano 2022:**

No cenário de arrecadação dos tributos estaduais o ICMS tem uma participação amplamente hegemônica, com percentual de 90,59%, em números de 2022, seguido do IPVA com 5,28% e Taxas com 3,28%, conforme visto no quadro:

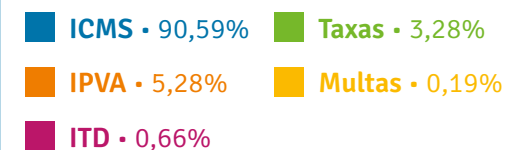
**Arrecadação dos Tributos Estaduais | Ano 2022**

Tributo	Participação percentual no total
ICMS	90,59%
IPVA	5,28%
ITD	0,66%
Taxas	3,28%
Multas	0,19%

Fonte: Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT



**Gráfico 1** | Participação percentual no total



Fonte: Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária - SIGAT

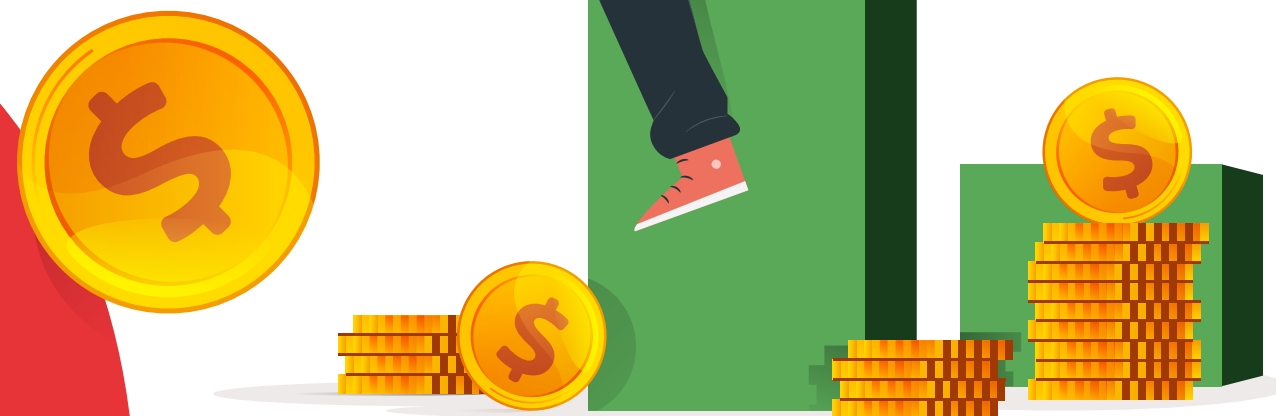


## Como é **dividido** o Relatório da Prestação de Contas?



O Relatório de Prestação de Contas elaborado pela Secretaria da Fazenda é dividido em módulos de gestão:

- *Gestão Orçamentária;*
- *Gestão Financeira;*
- *Gestão Patrimonial;*
- *Gestão Fiscal; e*
- *Gestão Econômica.*



## Gestão Orçamentária



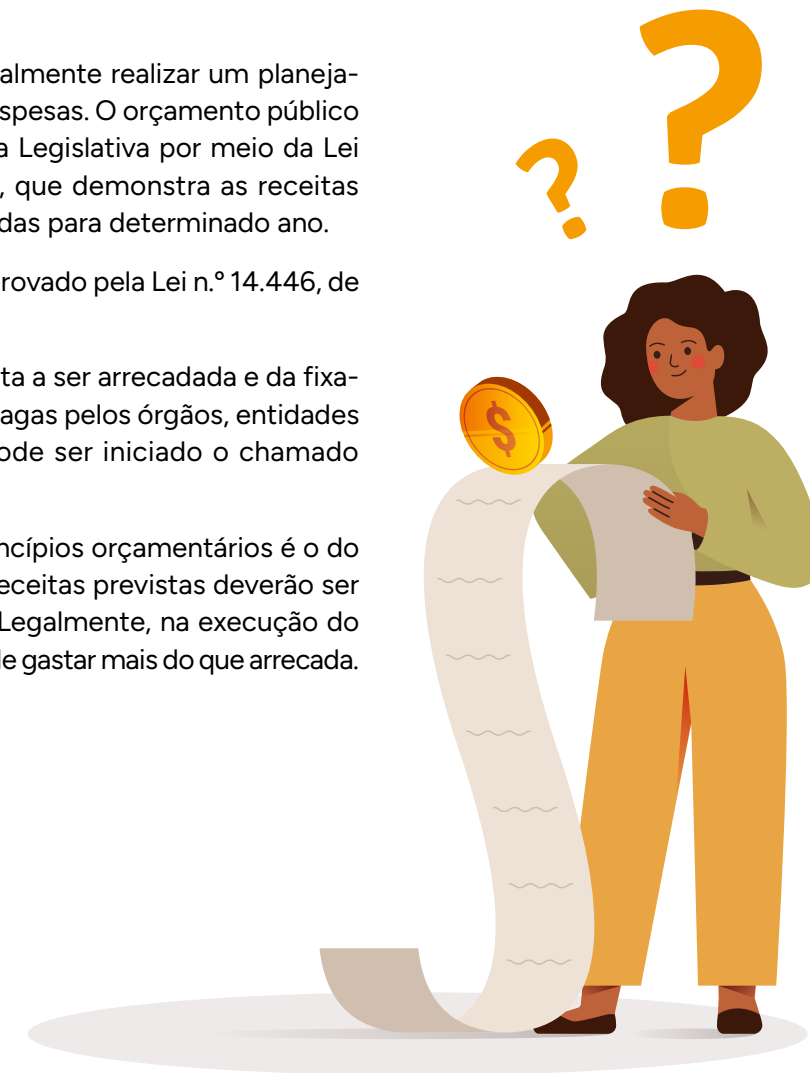
### § O que é o orçamento público?

O ente público precisa anualmente realizar um planejamento de suas receitas e despesas. O orçamento público é aprovado pela Assembleia Legislativa por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, que demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas para determinado ano.

O orçamento de 2022 foi aprovado pela Lei n.º 14.446, de 11 de janeiro de 2022.

A partir da previsão da receita a ser arrecadada e da fixação das despesas a serem pagas pelos órgãos, entidades e fundos públicos é que pode ser iniciado o chamado exercício financeiro.

Na área pública, um dos princípios orçamentários é o do equilíbrio. Significa que as receitas previstas deverão ser iguais às despesas fixadas. Legalmente, na execução do orçamento, o Estado não pode gastar mais do que arrecada.



# O que são receitas orçamentárias?

Todo recurso que entra nos cofres do Estado é considerado um ingresso. Quando esse ingresso pode ser utilizado para pagamento de despesas orçamentárias, este é classificado como receita orçamentária.

Quando o ingresso precisa ser devolvido para o seu depositante, ele é considerado um ingresso extraorçamentário.

As receitas orçamentárias estão classificadas quanto à sua natureza como receitas correntes ou receitas de capital.

## Receitas orçamentárias

São todos os ingressos de recurso financeiro que representem, geralmente, disponibilidade para que o erário possa financiar as despesas orçamentárias.

## Receitas correntes

São os recursos originários do poder do Estado de recolher tributos, bem como das demais atividades exercidas pelo Poder Público, além dos juros e outros encargos recebidos em decorrência de operações de crédito em que o Estado figure como credor, assim como os recursos recebidos a título de transferências de convênios ou similares.

## Receitas de capital

São aquelas provenientes da conversão em espécie de bens e direitos compreendidos no ativo não circulante, e decorrente de recebimento de amortização de operação de crédito em que o Estado figura como credor, bem como o recurso oriundo de operação de crédito interna ou externa, inclusive emissão de títulos. As transferências de outros entes governamentais, constitucionais ou voluntárias, para investimentos, também são classificadas nesse grupo.

Em 2022, as receitas correntes representaram 97,8% da receita orçamentária realizada pelo Estado.

Gráfico 2 | Receitas realizadas em 2022



Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP - (FIPLAN)

## Receitas previstas X Receitas realizadas

O total de receitas correntes retificadas chegou a 103,7% do previsto, alcançando o montante de R\$ 70.073.770 mil. As receitas de capital totalizaram 38,8% do previsto na LOA, em função da frustração na execução das operações de crédito e transferências de capital.

## Receitas Previstas X Receitas Realizadas

### Receitas Correntes

Previsão Atualizada • R\$ 67.599.155 mil

Realização • R\$ 70.073.770 mil

### Receitas de Capital

Previsão Atualizada • R\$ 4.104.877 mil

Realização • R\$ 1.593.240 mil

Fonte: Fiplan Gerencial

# § O que são Despesas Orçamentárias?

## Despesas orçamentárias

Despesas orçamentárias são aquelas cuja realização depende de autorização legislativa, e não podem ser realizadas sem previsão na lei orçamentária ou em lei especial.

Segundo a sua natureza, as despesas orçamentárias podem ser classificadas por categoria econômica e por grupos de despesa.

## Categoria econômica

### Despesas correntes

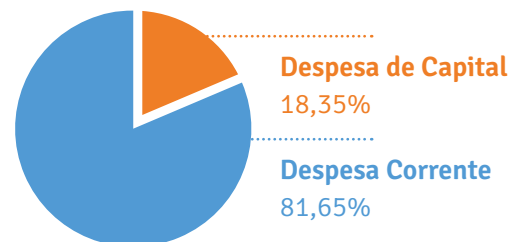
São aquelas que contribuem diretamente para a manutenção e a prestação de serviços anteriormente criados, a exemplo do pagamento de benefícios sociais a servidores ativos e inativos; de transferência a outros entes da Federação ou entidade privada; da realização de obras de adaptação e conservação de bens imóveis e de uso comum; e do pagamento de juros e outros encargos da dívida.

### Despesas de capital

São aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, e são destinadas à execução de obras, à integralização de capital, às aquisições de bens, bem como à concessão de empréstimos, ao refinanciamento e à amortização da dívida.

O gráfico 03 demonstra que, do total da despesa empenhada no exercício de 2022, no valor de R\$ 71.281.214.439,00 (setenta e um bilhões, duzentos e oitenta e um milhões, duzentos e quatorze mil quatrocentos e trinta e nove reais), as despesas correntes corresponderam a 81,65% do montante, enquanto 18,35% foram relativas às despesas de capital.

Gráfico 3 | Composição da despesa por cat. Econômica - 2022



Fonte: FIPLAN

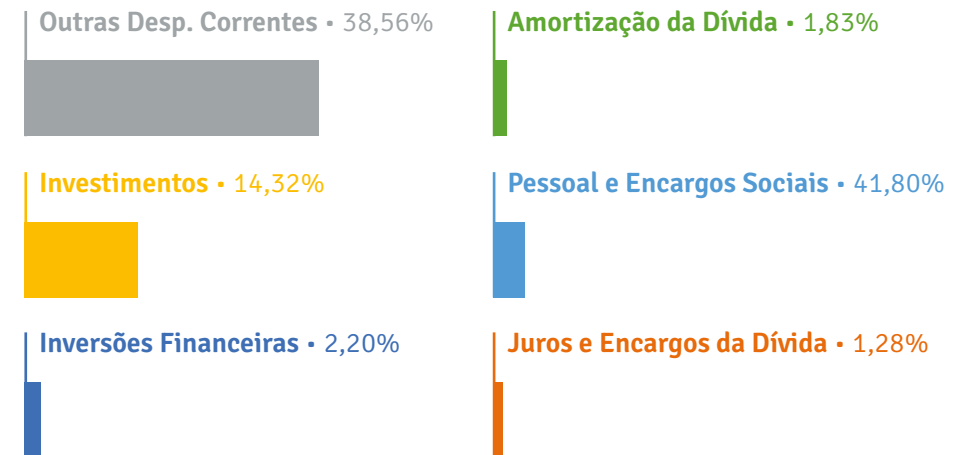
## Grupos de despesas

As despesas orçamentárias, quanto à sua natureza, estão divididas em grupos:

- Despesas com pessoal e encargos sociais;
- Despesas com juros de dívidas;
- Outras despesas correntes (manutenção para funcionamento dos Órgãos e Entidades);
- Investimentos (compra de veículos, obras, construções de escolas, estradas etc.);
- Inversões financeiras (aquisição de bens de terceiros já em uso); e
- Amortização da dívida (pagamento de empréstimos).

O gráfico 04 apresenta a participação desses grupos no total da despesa empenhada no exercício de 2022.

Gráfico 4 | Composição da despesa orçamentária - 2022



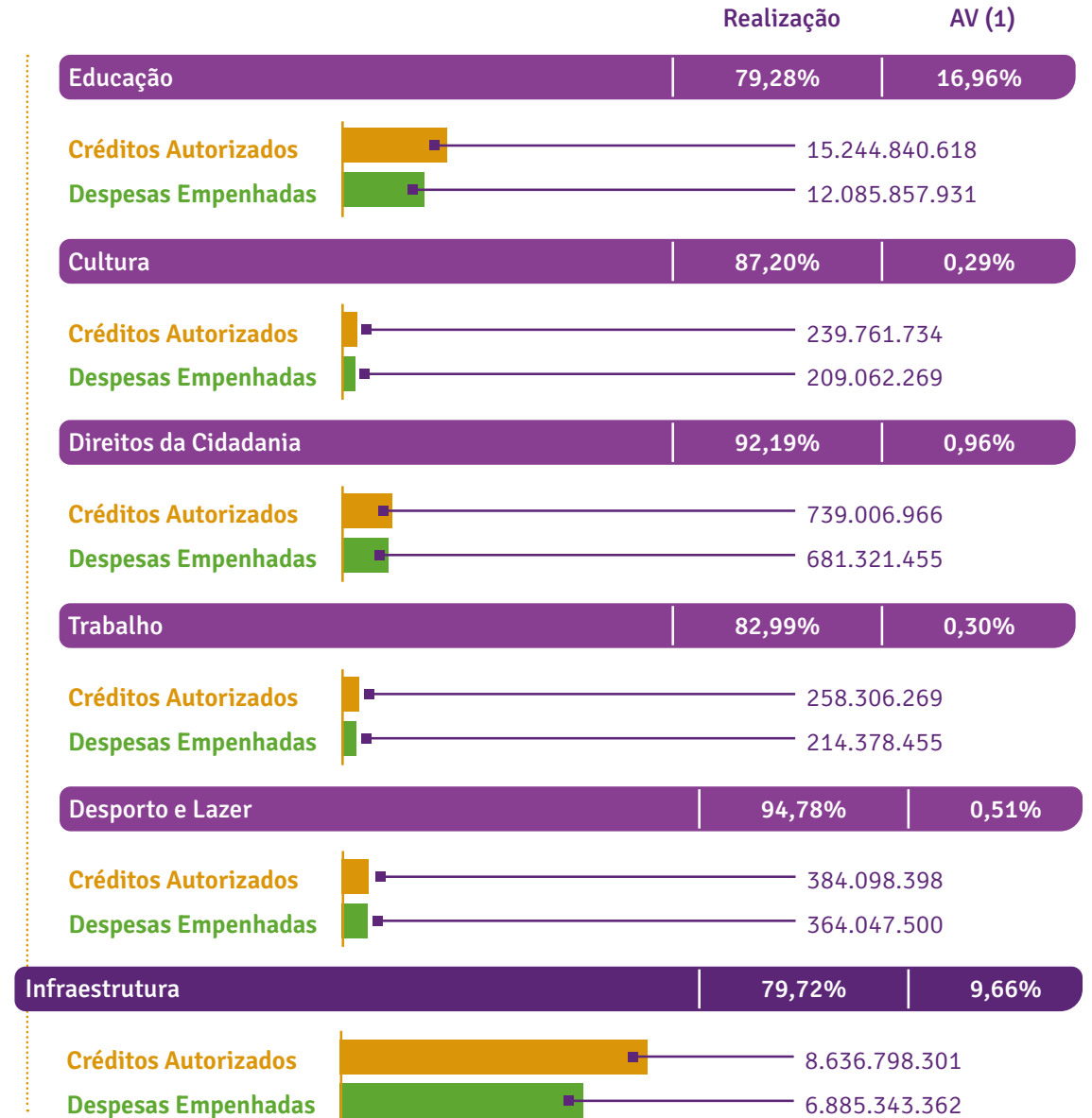
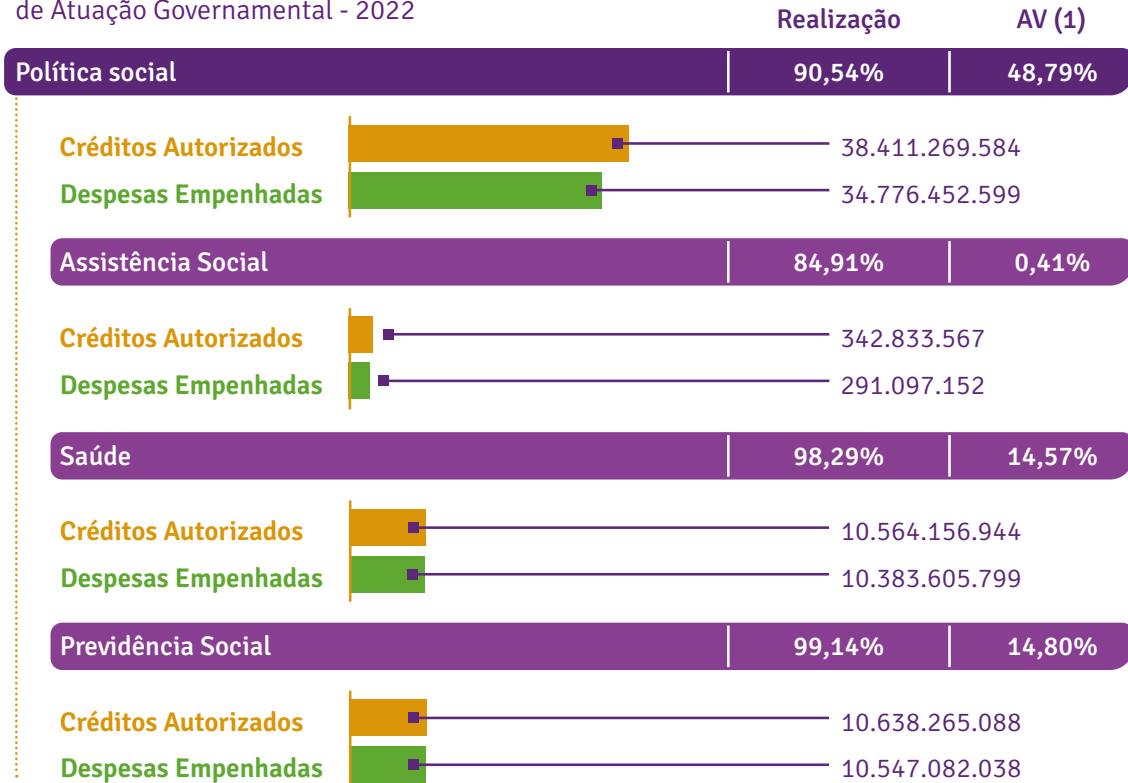
Fonte: FIPLAN

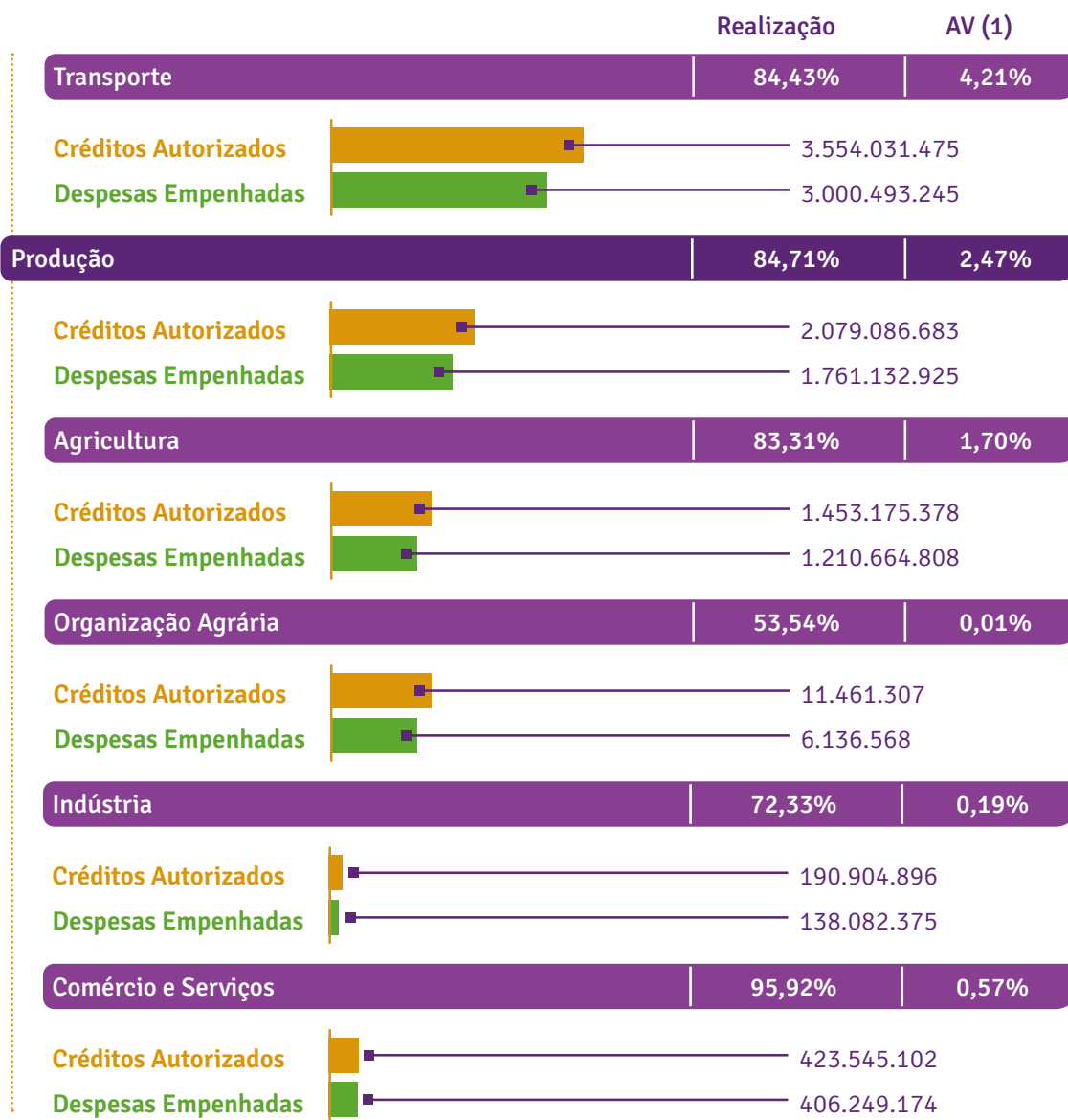
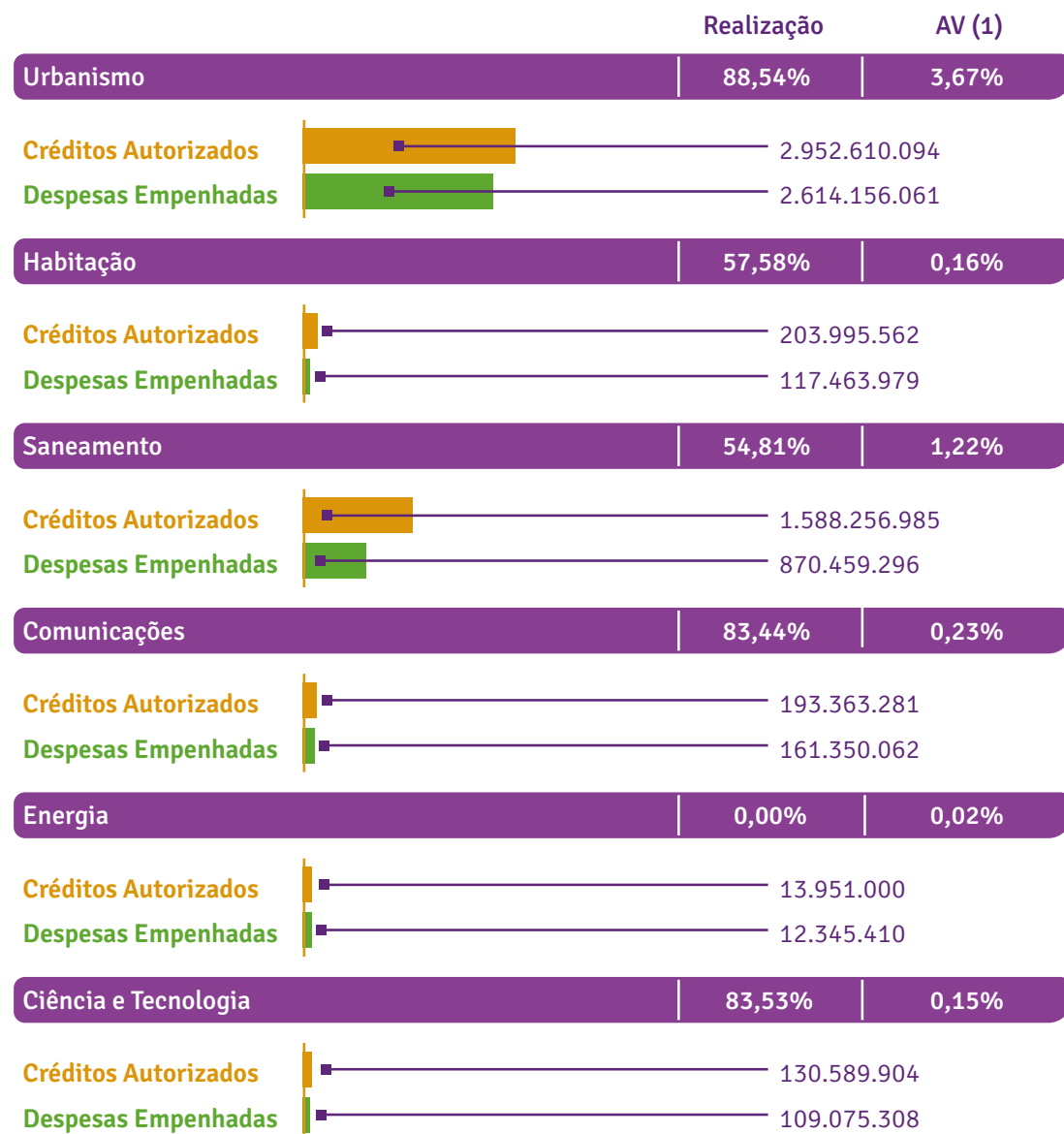
# Como se dá a classificação funcional da Despesa Orçamentária?

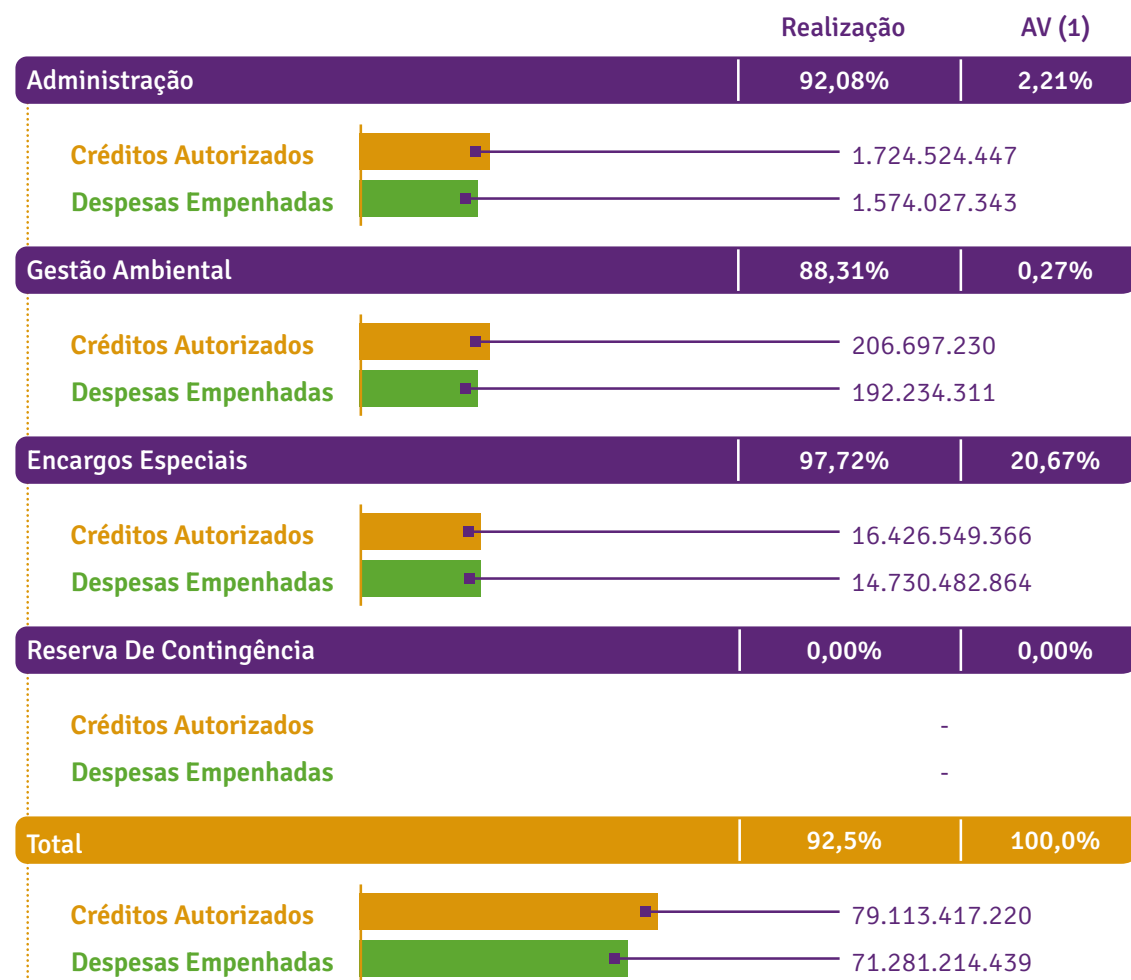
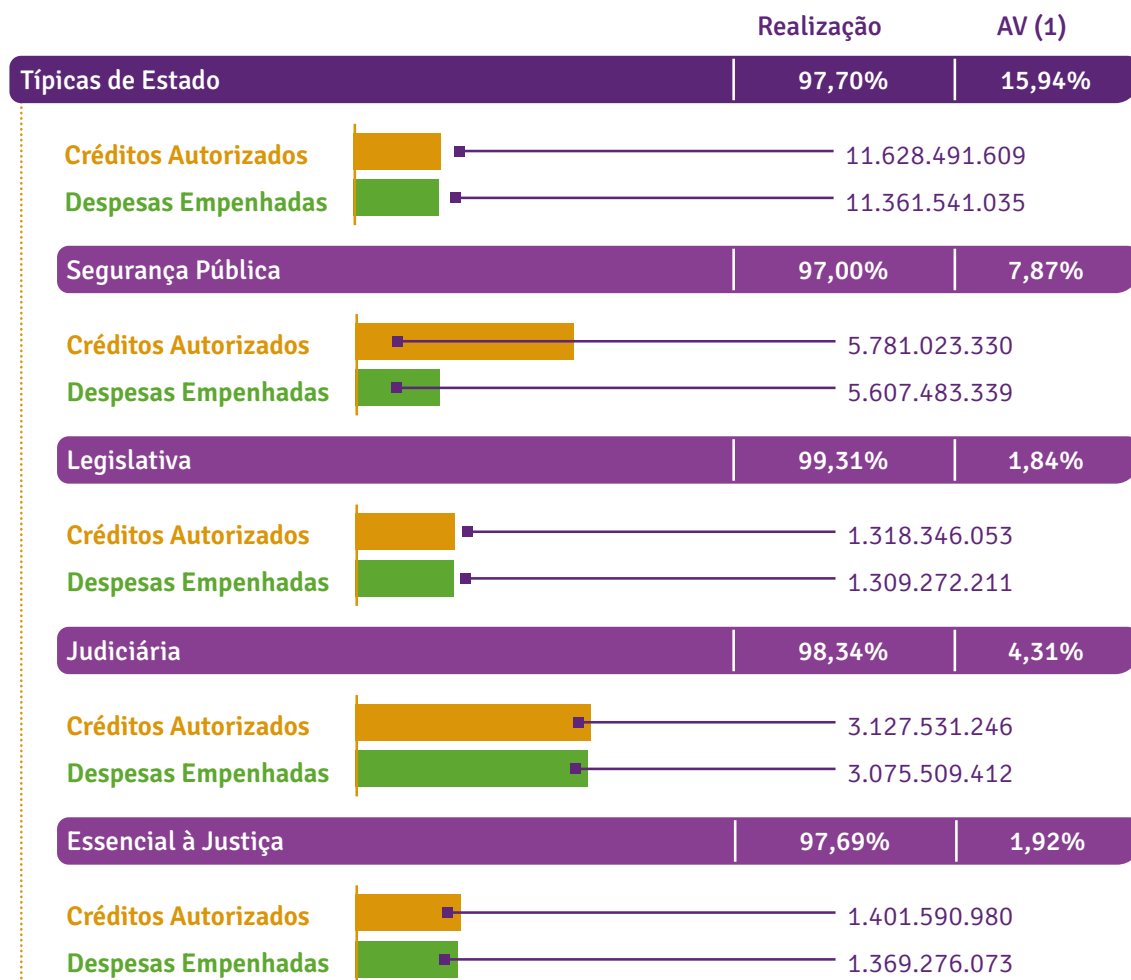
A **classificação funcional** da despesa é a estrutura de funções que indicam as áreas de atuação do governo, como saúde, educação, segurança pública, entre outras.

O **gráfico 05** apresenta as despesas orçadas e realizadas, considerando as principais áreas de atuação do Governo do Estado da Bahia no exercício de 2022.

**Gráfico 5** | Despesas por Área de Atuação Governamental - 2022







## \$ O que é o Balanço Orçamentário?

O **Balanço Orçamentário** é um demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas em todas as suas etapas, bem como o confronto entre as receitas e despesas, apurando o resultado orçamentário.

**Tabela 01 | Balanço Orçamentário Resumido - 2022 - Valores em R\$**

Especificação	Receita			
	Prevista Atualizada	Realizada	Diferença	Realização <sup>1</sup>
Receitas Correntes <sup>3</sup>	73.997.840.055	78.277.288.204	4.279.448.149	105,78%
(-) Conta Retificadora da Receita Corrente	-6.398.316.900	-8.203.518.353	1.805.201.453	128,21%
Receitas Correntes Retificadas (A) <sup>2</sup>	67.599.523.155	70.073.769.851	2.474.246.696	103,66%
Receita de Capital Retificada (B)	4.104.877.633	1.593.239.887	-2.511.637.746	38,81%
<b>SOMA I (A + B)</b>	<b>71.704.400.788</b>	<b>71.667.009.738</b>	<b>-37.391.050</b>	<b>16,96%</b>
Especificação	Despesa			
	Fixada Atualizada	Empenhada	Diferença	Realização <sup>1</sup>
Despesas Correntes (C)	62.334.158.885	58.197.642.367	4.136.516.518	93,36%
Despesas de Capital (D)	16.779.258.335	13.083.572.072	3.695.686.263	77,97%
Reserva de Contingência (E)	0	-	-	-
<b>SOMA II (C+D+E)</b>	<b>79.113.417.220</b>	<b>71.281.214.439</b>	<b>7.832.202.781</b>	<b>90,10%</b>
<b>Superávit/Déficit Orçamentário</b>		<b>385.795.299</b>		
<b>Total</b>		<b>71.667.009.738</b>		

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

1 • Percentual de realização da receita e da despesa em comparação a sua previsão. 2 • Essa nomenclatura diverge da denominação utilizada no FIPLAN para diferenciá-la da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada na LRF. 3 • As Receitas e Despesas Intraorçamentárias Correntes e de Capital foram incluídas em Receitas e Despesas Correntes e de Capital.

## \$ Como se dá a análise do Balanço Orçamentário?

A **análise ocorre** por meio da previsão da receita orçamentária em comparação com o montante efetivamente realizado. Também é analisado o comportamento da despesa orçamentária.

### Comportamento da receita

É analisado se ocorreu excesso de arrecadação ou frustração de receita.

Quando a receita realizada (arrecadada) é maior que a receita prevista atualizada, tem-se um excesso de arrecadação.

Quando a receita realizada (arrecadada) é menor que a receita prevista atualizada, tem-se uma frustração de receita.

Para 2022, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu um déficit de arrecadação de receita no montante de R\$ 37.391 mil, ou seja, 99,96% da receita prevista foi realizada.

### Comportamento da despesa

É analisado se ocorreu economia orçamentária.

Quando a despesa executada (empenhada) é menor que a dotação atualizada, tem-se uma economia orçamentária.

**ATENÇÃO:** O ente público não pode executar (empenhar) valor maior que aquele autorizado em orçamento, que é distribuído nos Órgãos, Entidades e Fundos Públicos por meio de dotações orçamentárias.

Para 2022, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma economia orçamentária no montante de R\$ 7.832.203 mil.





## Resultado orçamentário

É analisado se ocorreu superávit ou déficit.

O resultado orçamentário corresponde ao confronto entre as receitas realizadas (arrecadadas) e as despesas empenhadas.

Quando a receita orçamentária é maior que a despesa orçamentária, tem-se um superávit orçamentário.

Quando a despesa orçamentária é maior que a receita orçamentária, tem-se um déficit orçamentário.

Como o total da receita realizada foi de R\$ 71.667.009 mil, e o total da despesa executada foi de R\$ 71.281.214 mil, ocorreu um superávit orçamentário no valor de R\$ 385.795 mil.

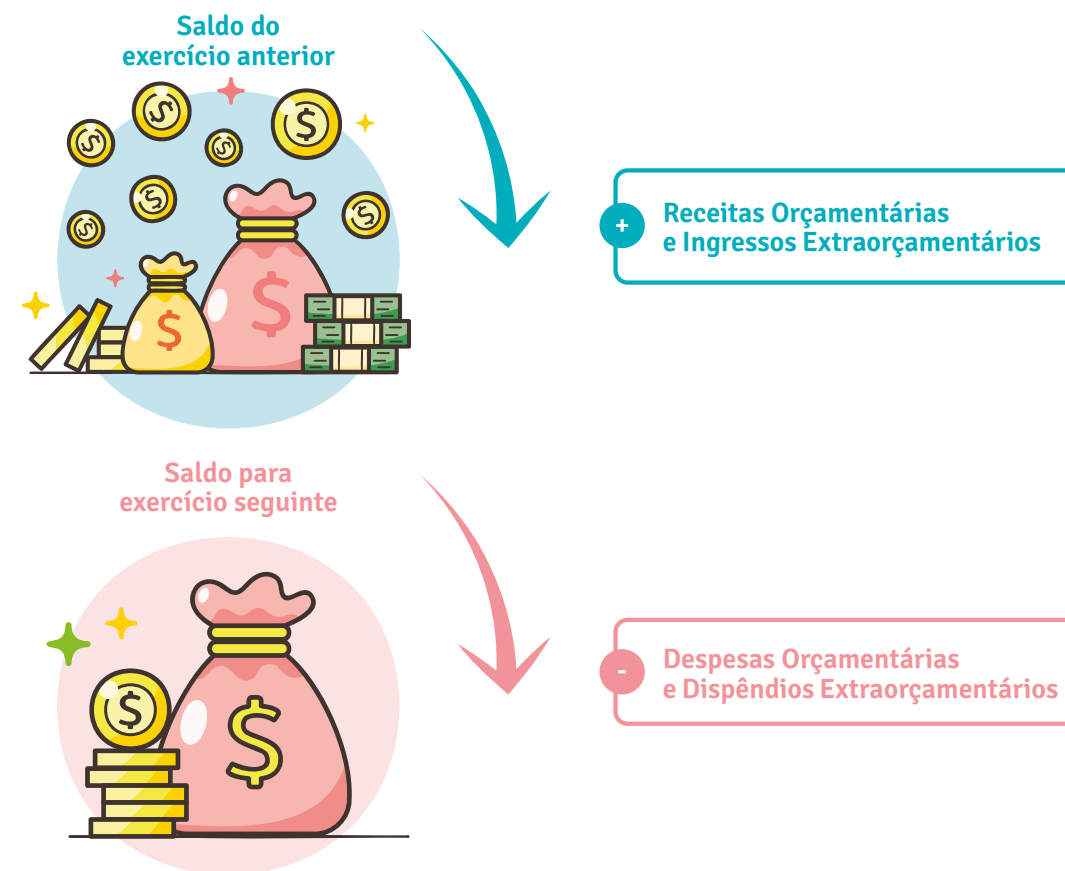


## Gestão Financeira



## \$ O que é o **Balanco Financeiro**?

O **Balanco Financeiro** é o demonstrativo contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.



O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso,

discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas; e o saldo em espécie do exercício anterior para o exercício seguinte.

**Tabela 02 | Balanço Financeiro Resumido - 2022 - Valores em R\$**

Descrição	Ingressos	Dispêndios
<b>Orçamentário</b>	<b>68.747.800.874</b>	<b>68.363.176.481</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>29.637.264.198</b>	<b>31.033.120.557</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>39.110.536.676</b>	<b>37.330.055.925</b>
Educação	12.795.876.591	9.555.545.882
Saúde	7.066.718.327	6.927.551.073
Recursos Vinculados à Assistência Social	7.828.301	3.388.204
Regime de Previdência Próprio	3.198.662.928	5.037.236.823
Demais Vinculações de Recursos	16.041.450.528	15.806.333.943
<b>Transferências Financeiras</b>	<b>35.049.001.398</b>	<b>35.049.001.398</b>
<b>Execução Orçamentária</b>	<b>35.049.001.398</b>	<b>35.049.001.398</b>
Cotas Recebidas e Concedidas	32.007.568.771	35.044.801.398
Aporte de Recursos para o RPPS	3.041.432.626	4.200.000
<b>Independente da Execução Orçamentária</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Movimento Saldo Financeiro	-	-

Descrição	Ingressos	Dispêndios
<b>Extraorçamentários</b>	<b>3.457.016.159</b>	<b>4.664.186.438</b>
Recebimentos Extraorçamentários	3.457.016.159	-
Pagamentos Extraorçamentários	-	4.664.186.438
<b>Saldos</b>	<b>13.930.056.439</b>	<b>13.107.510.553</b>
Exercício Anterior	13.930.056.439	-
Para o Exercício Seguinte	-	13.107.510.553
<b>Total Balanço Financeiro</b>	<b>121.183.874.870</b>	<b>121.183.874.870</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

As receitas e despesas orçamentárias ordinárias compreendem as receitas e as despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. As vinculadas são aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

As transferências financeiras recebidas e concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são direitos a receber e obrigações a pagar a curto prazo.

Os saldos em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte compreendem o caixa e equivalentes de caixa, e os depósitos restituíveis e valores vinculados de curto prazo.



## O que é a Demonstração dos Fluxos de Caixa?

A **Demonstração dos Fluxos de Caixa** permite avaliar como uma entidade pública obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram usados, além de proporcionar as informações necessárias para identificar: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Apresenta informações acerca das alterações ocorridas nas disponibilidades e o efeito das transações que afetam o caixa e equivalentes de caixa no período, segundo as atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

As atividades operacionais compreendem as principais atividades geradoras de receita da entidade, como os ingressos decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública, como pessoal e demais despesas correntes, e juros e encargos da dívida.

O fluxo de caixa líquido dessas atividades fornece informações sobre o financiamento das ações governamentais por meio de tributos e pelo recebimento de receita de bens e serviços explorados pela entidade; sobre a capacidade de amortizar empréstimos; e sobre a capacidade de autofinanciar suas operações sem recorrer a operações de crédito.



**Tabela 03 | Fluxo Operacional - 2022 - Valores em R\$**

Ingressos	2022	Part <sup>1</sup>
Receita Tributária	35.181.848.773	52,35%
Receita de Contribuições	3.681.284.743	5,48%
Receita Patrimonial	552.909.712	0,82%
Receita Agropecuária	131.275	0,00%
Receita Industrial	-	0,00%
Receita de Serviços	250.644.226	0,37%
Remuneração das Disponibilidades	1.783.438.069	2,65%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.729.726.778	2,57%
Transferências Correntes Recebidas	24.014.561.410	35,74%
<b>Total</b>	<b>67.194.544.985</b>	<b>100%</b>

Desembolsos	2022	Part <sup>2</sup>
Pessoal e Encargos Sociais	27.686.663.556	51,18%
Outras Despesas Correntes	13.940.526.576	25,77%
Juros e Encargos da Dívida	785.107.313	1,45%
Transferências Correntes Concedidas	11.687.781.427	21,60%
<b>Total</b>	<b>54.100.078.872</b>	<b>100%</b>

<b>Fluxo de Caixa Líquido das Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>13.094.466.112</b>
--	-----------------------

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

1 • Participação das Receitas no Total dos Ingressos de 2022. 2 • Participação das Despesas no Total dos Desembolsos 2022.

Nas atividades de investimentos estão as alienações de bens, os recebimentos decorrentes da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos, os desembolsos relativos à aquisição de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos.

São atividades que demonstram, em seu fluxo de caixa líquido, o potencial da entidade em contribuir para a produção futura de bens e serviços públicos, porque revelam, em termos financeiros, a política de expansão da infraestrutura do governo.

**Tabela 04 | Fluxo de Investimentos - 2022 - Valores em R\$**

Ingressos	2022	Part <sup>1</sup>
Alienações de Bens	22.031.590	6,82%
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	105.703.069	32,74%
Outros Ingressos de Investimentos	195.127.030	60,44%
<b>Total</b>	<b>322.861.689</b>	<b>100%</b>
Desembolsos	2022	Part <sup>2</sup>
Aquisição de Ativo Não Circulante	7.891.217.587	92,78%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	202.300.104	2,38%
Outros Desembolsos de Investimentos	411.977.142	4,84%
<b>Total</b>	<b>8.505.494.833</b>	<b>100%</b>

<b>Fluxo de Caixa Líquido das Receitas e Despesas de Investimentos</b>	<b>-8.182.633.144</b>
--	-----------------------

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

1 • Participação das Receitas no Total dos Ingressos de 2022. 2 • Participação das Despesas no Total dos Desembolsos de 2022.

As atividades de financiamentos estão relacionadas às operações de crédito e aos desembolsos com a amortização/refinanciamento da dívida. O seu fluxo líquido provê as informações sobre o nível de recursos de terceiros captados e amortizados, permitindo a previsão de futuros desembolsos para pagamento aos fornecedores de capital à entidade.

**Tabela 05 | Fluxo de Financiamentos - 2022 - Valores em R\$**

Ingressos	2022	Part <sup>1</sup>
Operações de Crédito	933.448.061	75,87%
Transferências de Capital Recebidas	296.946.140	24,13%
<b>Total</b>	<b>1.230.394.200</b>	<b>100%</b>
Desembolsos	2022	Part <sup>2</sup>
Amortização/Refinanciamento da Dívida	1.306.676.024	34,63%
Transferências de Capital Concedidas	1.509.668.305	40,01%
Outros Desembolsos de Financiamentos	956.850.159	25,36%
<b>Total</b>	<b>3.773.194.487</b>	<b>100%</b>

<b>Fluxo de Caixa Líquido das Receitas e Despesas de Financiamentos</b>	<b>-2.542.800.287</b>
---	-----------------------

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

1 • Participação das Receitas no Total dos Ingressos de 2022. 2 • Participação das Despesas no Total dos Desembolsos de 2022.

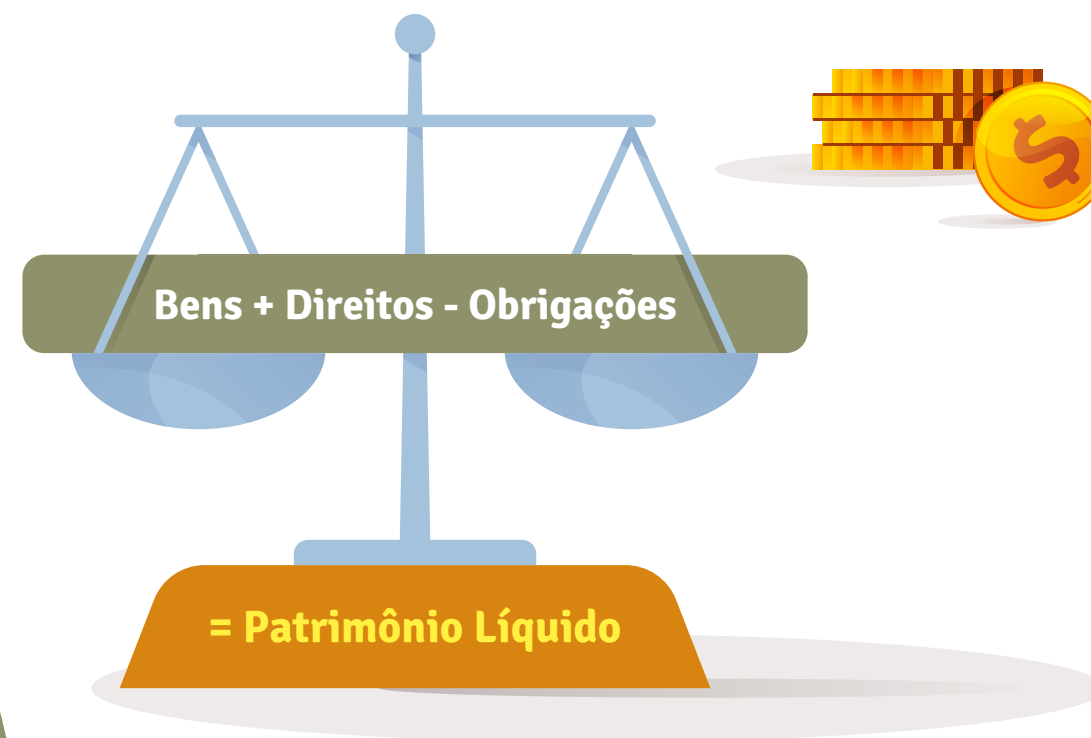
## Gestão Patrimonial



## \$ O que é o Balanço Patrimonial?

É o **demonstrativo contábil** que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público: ativo, passivo e patrimônio líquido. De forma bem simples: o balanço patrimonial é como fosse uma foto do patrimônio de uma entidade (pessoa física ou jurídica) num determinado período de tempo.

O Balanço Patrimonial possui uma **equação básica** relativa ao patrimônio, na qual o total do **ativo** (bens e direitos), menos o total do **passivo** (obrigações), resulta no **patrimônio líquido (saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial)**, que é valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.





## \$ Como é dividido o Balanço Patrimonial?

O **Balanço Patrimonial** deve ser estruturado de forma a atender e respeitar os conceitos da ciência contábil e da legislação pública vigente, destacando-se, dentre outros, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Ao se observar o Balanço Patrimonial, verifica-se uma estrutura com um **quadro principal** formado pelos ativos circulante e não circulante, passivos circulante e não circulante e pelo patrimônio líquido, que representa o saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial.

Além do quadro principal, o Balanço Patrimonial é composto por dois **quadros auxiliares** que apresentam os valores dos ativos e passivos segregados em financeiros e permanentes, bem como os saldos dos atos potenciais ativos e passivos.

### Balanço Patrimonial resumido

O Balanço Patrimonial Resumido do Estado da Bahia de 2022 está demonstrado de acordo com a Tabela 6:

**Tabela 06** | Balanço Patrimonial • Versão Simplificada - Valores em R\$

Ativo	2022	AV <sup>1</sup>
Ativo Circulante	17.151.421.716	21,07%
Ativo Não Circulante	64.259.953.130	78,93%
<b>Total</b>	<b>81.411.374.846</b>	<b>100%</b>

Passivo	2022	AV <sup>2</sup>
Passivo Circulante	8.120.678.834	3,98%
Passivo Não Circulante	196.082.367.785	96,02%
<b>Total do Passivo</b>	<b>204.203.046.619</b>	<b>100%</b>

Patrimônio Líquido	2021	
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(122.791.671.772)</b>	<b>100%</b>
<b>Total</b>	<b>81.411.374.846</b>	<b>100%</b>

#### Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativo Financeiro e Permanente	2022	Passivo Financeiro e Permanente	2022
Ativo Financeiro	13.131.658.282	Passivo Financeiro	3.417.408.941
Ativo Permanente	68.279.716.565	Passivo Permanente	200.951.651.545
		Saldo Patrimonial	(122.957.685.640)
<b>Total</b>	<b>81.411.374.846</b>	<b>Total</b>	<b>81.411.374.846</b>

#### Contas de Compensação

Atos potenciais ativos	2022	Atos potenciais passivos	2022
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	755.510.613	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	137.741.353.016
<b>Total</b>	<b>755.510.613</b>	<b>Total</b>	<b>137.741.353.016</b>

Fonte: FIPLAN

1 - Análise Vertical. Participação do item no total do Ativo. 2 - Análise Vertical. Participação do item no total do Passivo.

Os valores dos ativos circulante e não circulante compõem o ativo total no valor de R\$ 81,41 bilhões, que, deduzido do passivo total, somatório dos passivos circulante e não circulante no valor de R\$ 204,20 bilhões, resultou em um patrimônio líquido negativo de R\$ (122,79) bilhões. Desta forma, verifica-se a equação básica do patrimônio: ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido.

O patrimônio líquido negativo demonstra que as obrigações superaram os bens e direitos da Administração Pública, sendo igual ao Saldo Patrimonial do quadro dos Ativos e Passivos segregados em Financeiros e Permanentes.

O valor negativo do Patrimônio Líquido ocorreu devido à influência das provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo, com valor de R\$ 155,29 bilhões, que representa 93,87% em relação ao total provisões a longo prazo existentes no estado da Bahia, cujo valor foi de R\$ 165,43 bilhões.



## Ativo e Passivo

### Ativo

É um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Estão demonstrados no ativo, além dos bens, os direitos de curto e longo prazos, tais como: disponibilidades em caixas e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, clientes, créditos tributários a receber, dívida ativa tributária, participações permanentes, bens corpóreos, dentre outros.

### Passivo

É uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deve resultar na saída de recursos da entidade.

No passivo, estão demonstradas as obrigações de curto e longo prazos, tais como: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, dívidas de empréstimos e financiamentos efetuados pelo Estado, fornecedores, provisões, precatórios, dívidas com credores, cauções de empresas contratadas pelo Estado, dentre outros.



## Classificação em circulante e não circulante

Os **ativos** devem ser classificados como **circulantes** quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- estiverem disponíveis para realização imediata; ou
- tiverem a expectativa de realização em até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Assim, quando fazemos a classificação de um componente patrimonial como ativo circulante, na verdade, ele tem um potencial de ser convertido em dinheiro (liquidez) em até 12 meses.

Os demais ativos devem ser classificados como **não circulantes**, ou seja, itens que serão convertidos em dinheiro após 12 meses.

Os **passivos** devem ser classificados como **circulantes** quando corresponderem:

- a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

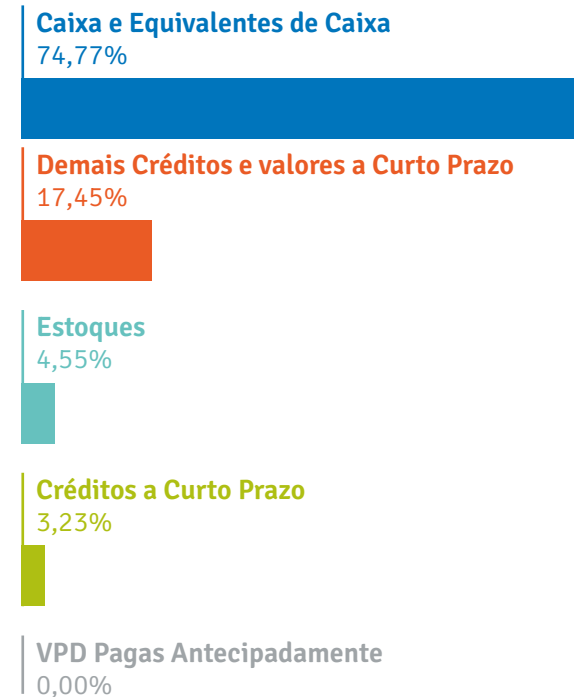
Para os passivos temos o seguinte: serão circulantes os passivos cuja exigibilidade da obrigação tem potencial de acontecer em até 12 meses; os demais casos são classificados como passivos não circulante.

No ano de 2022, **os gráficos do ativo e passivo**, tanto no circulante quanto no não circulante, atingiram variações percentuais que demonstram os reflexos mais significativos da estrutura patrimonial atual.

No **ativo circulante**, a conta “caixa e equivalentes de caixa” representa 66,92% do total do ativo circulante, sendo a maior parcela relativa ao disponível para realização imediata, mas que vem sendo comprometida com as obrigações a pagar. (Ver Gráfico 6)



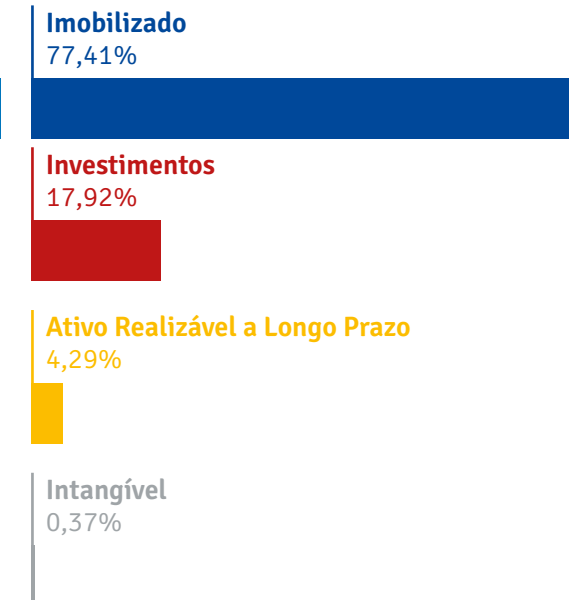
**Gráfico 6** | Composição do Ativo Circulante - 2022



Fonte: FIPLAN

De acordo com o Gráfico 6, 74,77% do **ativo circulante** corresponde a “Caixa e Equivalentes de Caixa”, sendo a maior participação dentro do grupo. Ademais, 17,45% correspondem a “Demais Créditos e Valores” a curto prazo; 3,23%, a “Créditos” a curto prazo; e 4,55%, a “Estoques”.

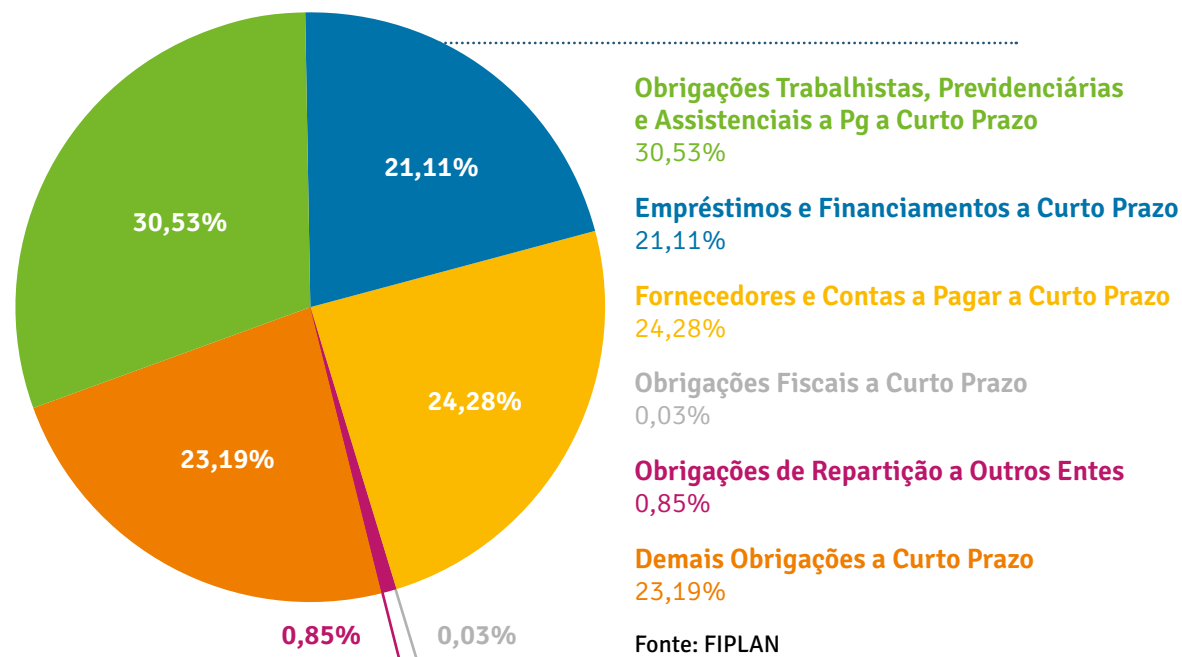
**Gráfico 7** | Composição do Ativo Não Circulante - 2022



Fonte: FIPLAN

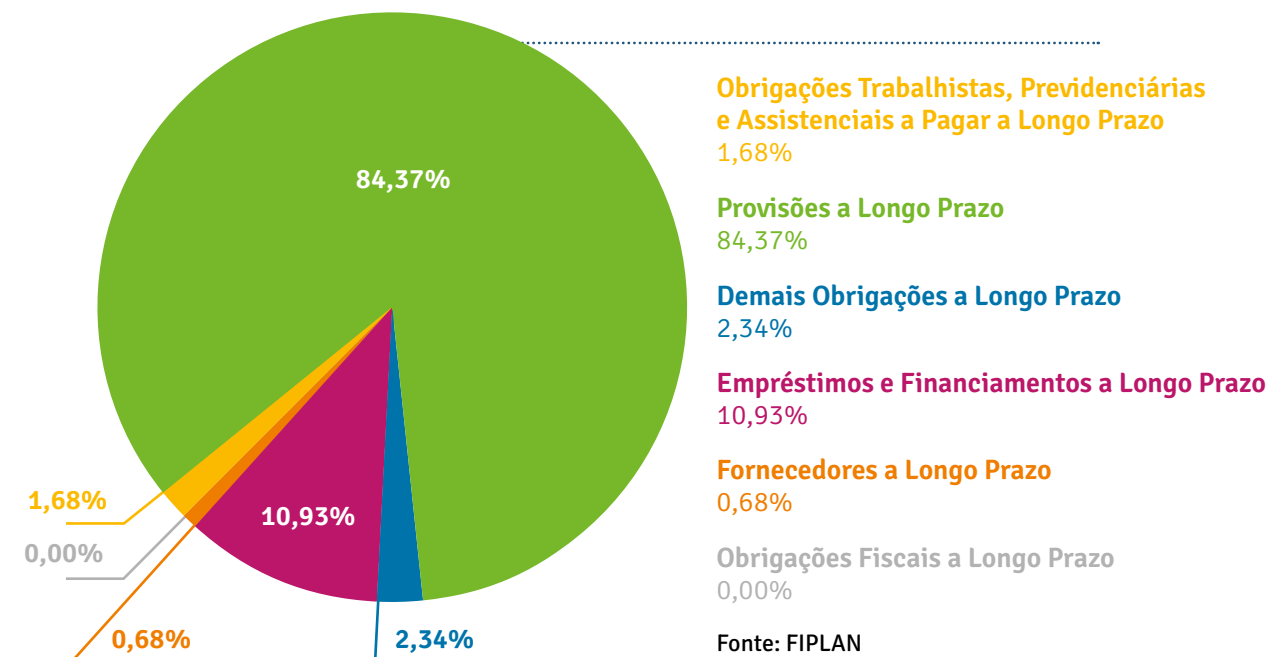
De acordo com o Gráfico 7, cerca de 77,41% do **ativo não circulante** corresponde ao ativo “imobilizado”, sendo sua maior participação em Bens Imóveis, incluindo a depreciação ocorrida no exercício. Os “investimentos” representam 17,92%; o “ativo realizável a longo prazo”, 4,29%; e o “intangível”, 0,37% do ativo não circulante.

**Gráfico 8** | Composição Passivo Circulante - 2022



No **passivo circulante**, a conta “Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo” com uma participação de 30,53%, no total do passivo circulante, representa a maior parte dos compromissos de curto prazo, seguido pelas contas: “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo”, “Demais Obrigações a Curto Prazo” e “Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo”, respectivamente, com participações de 24,28%, 23,19% e 21,11%. (Ver Gráfico 8)

**Gráfico 9** | Composição Passivo Não Circulante - 2022



Cerca de 84,37% do **passivo não circulante** corresponde às “Provisões a Longo Prazo”, que, em quase sua totalidade, é representada pelas provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo. Depois das provisões a longo prazo, o grupo de maior valor é o dos “Empréstimos e Financiamentos” a longo prazo, que representa 10,93% do passivo não circulante, de acordo com o Gráfico 9.

## O que é a Demonstração das Variações Patrimoniais?

É a **Demonstração Contábil** que evidencia as alterações verificadas no Patrimônio (Ativo e Passivo), indicando o Resultado Patrimonial do Exercício pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD ocorridas no período. O valor apurado passa a compor o Patrimônio Líquido (saldo patrimonial) do Balanço Patrimonial – BP do exercício.

A DVP tem função semelhante à DRE – Demonstração do Resultado do Exercício do Setor Privado. Porém, é relevante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no Setor Público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais, efetuadas através de incorporações e desincorporações ou baixa.

O patrimônio é dividido em bens (móveis, imóveis, e outros), direitos (disponibilidades financeiras, por exemplo) e obrigações (dívidas, tais como empréstimos e financiamentos).

A diferença entre esses montantes é chamada de patrimônio líquido, que demonstra se o Órgão, Fundo ou Entidade possui mais (ou menos) bens e direitos do que obrigações, indicando uma situação de superávit (ou déficit) patrimonial, a depender do resultado das variações patrimoniais (aumentativas e diminutivas).



## Como é dividida a Demonstração das Variações Patrimoniais?

A **Demonstração das Variações Patrimoniais** se divide em: Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

As **Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)** demonstram as alterações dos elementos do patrimônio público que aumentam o patrimônio líquido do Órgão ou Entidade pelo aumento de valores ativos ou pela redução de valores passivos. São exemplos: impostos, taxas, transferências recebidas da União, prestação de serviços, entre outros.

As **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)** demonstram as alterações dos elementos do patrimônio público que reduzem o patrimônio líquido do Órgão ou Entidade pelo aumento de valores passivos ou pela redução de valores ativos. São exemplos: remuneração de pessoal, despesas com manutenção, aposentadorias, depreciação de bens públicos, entre outros.

Através da estrutura da Demonstração das Variações Patrimoniais, o Setor Público demonstra o quanto o serviço público prestado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais, sejam aumentativas ou diminutivas.

### Demonstração das Variações Patrimoniais resumida

As Variações Patrimoniais Resumida do estado da Bahia de 2022 estão demonstradas de acordo com a Tabela 7:

**Tabela 07 |** Variações Patrimoniais - Versão Simplificada - Valores em R\$

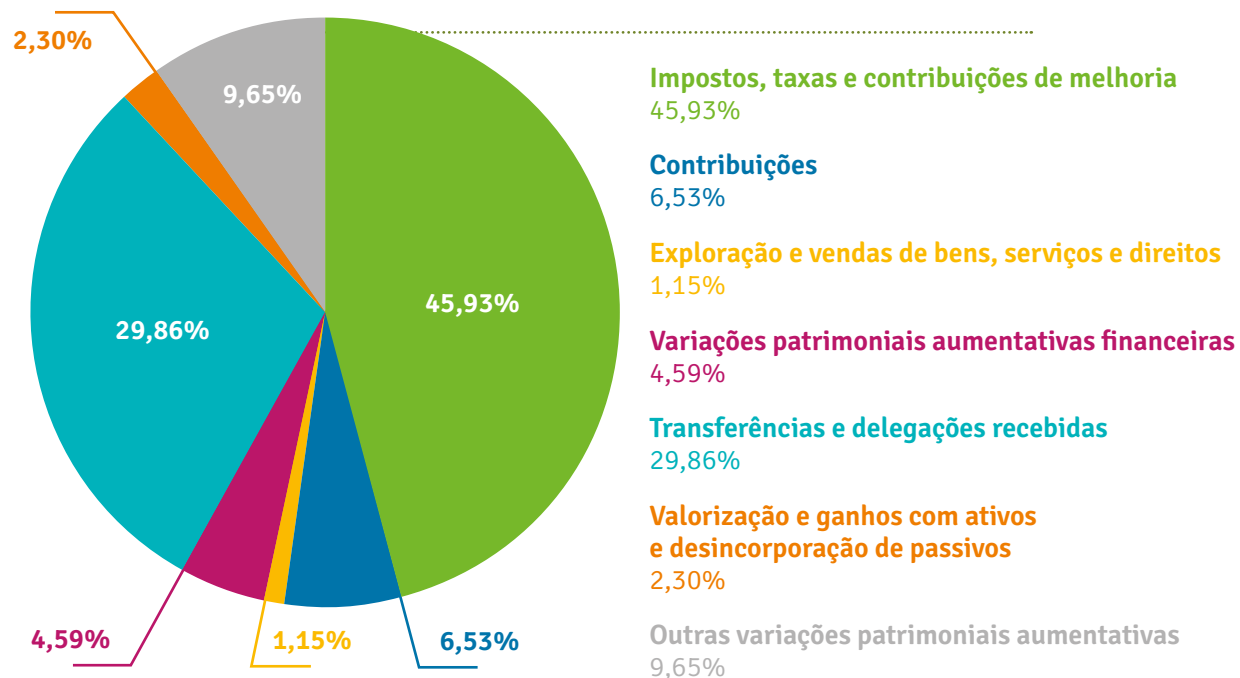
Variações Patrimoniais Aumentativas	2022	Variações Patrimoniais Diminutivas	2022
Total de Variações Patrimoniais Aumentativas ( I )	89.978.062.319	Total de Variações Patrimoniais Diminutivas ( II )	88.228.168.679
Resultado patrimonial do período ( III ) = ( I - II )			1.749.893.640

Fonte: FIPLAN

O valor total das VPAs alcançou R\$ 89,98 bilhões e das VPDs foi de R\$ 88,23 bilhões, apresentando um resultado patrimonial no período de R\$ 1,75 bilhões.

Os gráficos 10 (VPA) e 11 (VPD) a seguir demonstram os itens das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas em termos percentuais.

**Gráfico 10** | Variações Patrimoniais Aumentativas - 2022

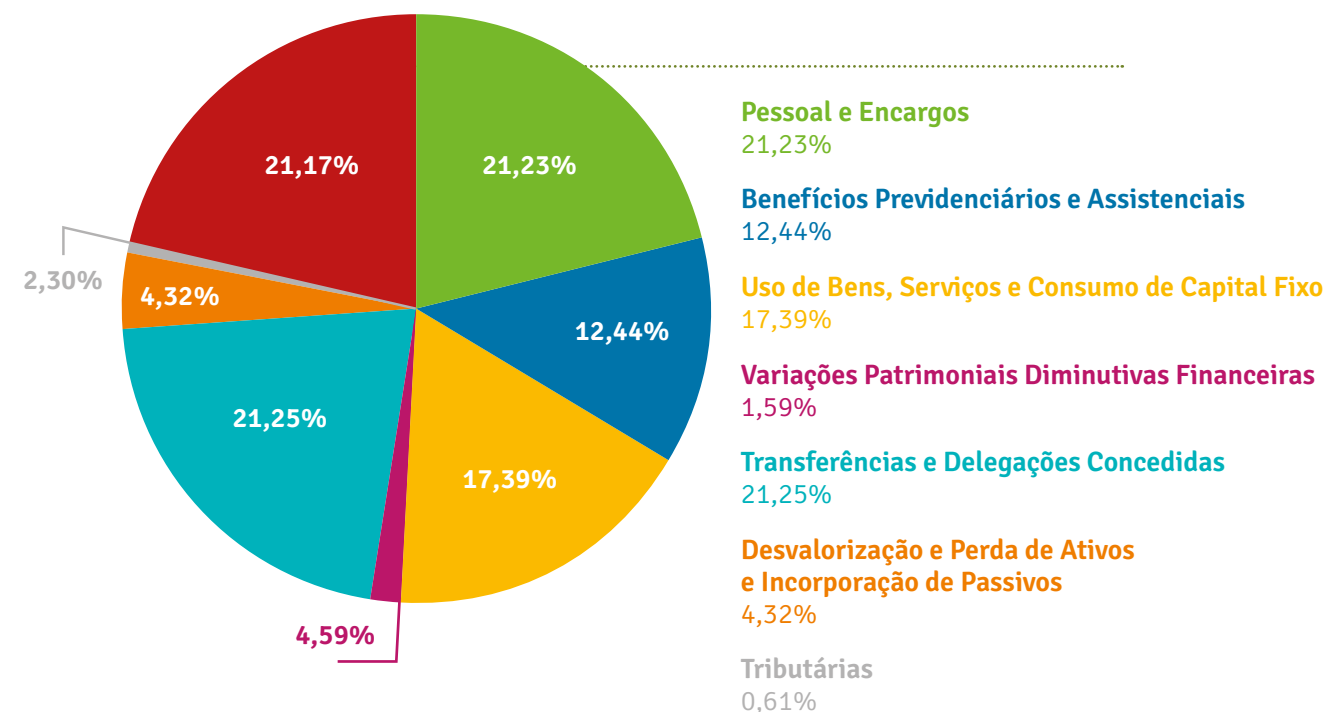


Fonte: FIPLAN

Os itens mais representativos das variações patrimoniais aumentativas foram “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria” e “Transferências

e delegações recebidas” que representam, respectivamente, 45,93% e 29,86% do total das variações patrimoniais aumentativas.

**Gráfico 11** | Variações Patrimoniais Diminutivas - 2022



Os itens das variações patrimoniais diminutivas (VPD) mais representativos foram: “Transferências e delegações concedidas”, que representa 21,25% do total destas variações; e “Pessoal e Encargos” com 21,23%. (Ver Gráfico 11)

Fonte: FIPLAN

# De que forma o resultado das Variações Patrimoniais afeta o Balanço Patrimonial?

As **Variações Patrimoniais**, como contas de resultado, mantêm vinculação com as contas patrimoniais, de forma a permitir a identificação das alterações nas contas patrimoniais que produziram movimentações nas contas de resultado.

Por meio da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD), obtém-se o resultado patrimonial do Exercício.

Este resultado irá compor o patrimônio líquido no Balanço Patrimonial, positivamente, se for superávit, ou negativamente, se for déficit.

Ele é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais e no Balanço Patrimonial, no grupo do Patrimônio Líquido, item Lucros e Prejuízos do Exercício.

Desta forma, comparando a Demonstração das Variações Patrimoniais com o Balanço Patrimonial, verifica-se o seguinte:

## DVP X BP

### DVP (Resumida)

#### Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

Impostos, taxas e Cont. Melhoria

Contribuições

Exploração de Bens, Serviços e Direitos

VPA Financeiras

Transferências e Delegações Recebidas

Valorização e Ganho com Ativos

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

#### Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

Pessoal e Encargos

Benefícios Previdenciais e Assistenciais

Uso de bens, serviços e consumo de Capital Fixo

VPD Financeiras

Transferências e Delegações Concedidas

Desvalorização e Perda de Ativos

Tributárias

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

**Resultado Patrimonial do Período (Superávit ou Déficit)**

**Total**

### Balanço Patrimonial (Resumido)

#### Ativo

Ativo Circulante

Ativo Não Circulante

**Total do ativo**

#### Passivo

Passivo Circulante

Passivo Não Circulante

**Total do Passivo**

#### Patrimônio líquido

Patrimônio Social e Capital Social

Reservas de Lucros

Resultados Acumulados

Lucros e Prejuízos do Ex.

Lucros e Prejuízos do Ex. Ant

**Total do Patrimônio Líquido**

**Total**

Ativo Financeiro

Ativo Permanente

Passivo Financeiro

Passivo Permanente

Saldo Patrimonial

### Compensações

Saldo dos atos Potenciais Ativos

Saldo dos atos Potenciais Passivos

**Total**

**Total**

Em 2022, o Resultado Patrimonial do período obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP foi de R\$ 1,75 bilhões, aparecendo, também, no Balanço Patrimonial – BP no item “Lucro ou Prejuízos do Exercício” no grupo do Patrimônio Líquido.

## O que é a Provisão Matemática Previdenciária?

**Entende-se como provisão matemática previdenciária** a diferença a maior entre os valores provisionados pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência) para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus beneficiários e dependentes e as contribuições correspondentes.

Também conhecida como passivo atuarial do Estado, a provisão matemática previdenciária representa o valor presente, calculado atuarialmente, em determinada data, do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos futuros com benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e outros.

Essa provisão é utilizada quando não há equilíbrio financeiro, ou seja, o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário não é suficiente para custear os benefícios assegurados pelo sistema previdenciário do regime próprio da previdência social, o RPPS – Regime de Previdência dos Servidores Públicos.

Desta forma, a provisão atuarial é registrada no Balanço Patrimonial, no passivo não circulante, provisões a longo prazo.



## Gestão Fiscal



## § Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

A **Lei Complementar n.º 101**, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

Para alcançar esse objetivo, a lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

A seguir, temos um quadro resumo dos valores e índices atingidos nos demonstrativos exigidos pela LRF em 2022.

**Tabela 08** | Lei de Responsabilidade Fiscal • LRF

	Previsão Atualizada	Valor Realizado
Receita Corrente Líquida - 2022	R\$ 52.245.219 mil	R\$ 55.345.564 mil

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

### Limites Legais em relação a Receita Corrente Líquida Ajustada

Limite de Pessoal	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Despesa de Pessoal	43,99	54,00	57,00	60,00
Executivo e Defensoria	36,20	43,74	46,17	48,60
Legislativo	2,26	3,06	3,22	3,40
Assembleia Legislativa	1,41	1,68	1,78	1,87
TCE	0,51	0,81	0,86	0,90
TCM	0,34	0,57	0,60	0,63
Judiciário	4,32	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,21	1,80	1,90	2,00
Limite da Dívida Consolidada Líquida - DCL	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Dívida Consolidada Líquida R\$ 16.654.259 mil	30,11	180,00	190,00	200,00

Limite da DCL = 2 vezes a Receita Corrente Líquida

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

### Limites Constitucionais

Descrição	Limite Realizado (%)	Limite Mínimo Anual (%)
Educação	27,51	25,00
Saúde	14,78	12,00

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

### Metas - R\$ Mil

Descrição	Limite Realizado	Meta Anual LDO
Resultado Primário - Acima da Linha	942.051	-60.282
Resultado Nominal - Acima da Linha	1.789.954	-742.966

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

## § O que é a Dívida Pública?

Os estados, os municípios e a União prestam serviços e realizam investimentos necessários ao desenvolvimento econômico-social. Para estes fins, utilizam receitas obtidas basicamente na forma de tributos incidentes sobre a produção, a renda, a propriedade e o consumo de empresas e famílias. Entretanto, em relação aos gastos governamentais com investimentos, que desempenham papel central na evolução da atividade econômica e no nível

de bem-estar, envolvendo elevados valores, a receita tributária normalmente é insuficiente, sendo preciso complementá-la. Assim, o setor público recorre à contratação de operações de crédito que lhe disponibilizam recursos, gerando em contrapartida a dívida pública, ou seja, a obrigação contratual de devolver tais recursos em um determinado período de tempo, acrescidos de juros.

Tabela 09 | Dívida Pública em 31.12.2022

Discriminação	Valores (R\$)
Dívida Interna	16.494.198.983
Dívida externa	12.035.629.425
<b>Total</b>	<b>28.529.828.408</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ



**Tabela 10** | Receitas de Operações de Crédito obtidas no ano de 2022

Instituição Financeira	Valores (R\$)
Caixa Econômica Federal	478.651.232
Banco do Brasil	228.000.000
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	218.874.470
Banco Interamericano de Desenvolvimento	1.428.300
Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura	6.494.058
<b>Total</b>	<b>933.448.061</b>

Fonte: SDP/SEFAZ

**Tabela 11** | Amortização e Encargos da Dívida relativos ao ano de 2022

Discriminação	Valores (R\$)
Amortização	2.030.932.188
Juros e demais Encargos	852.994.901
<b>Total</b>	<b>2.883.927.090</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ



## Gestão Econômica



## \$ O que é Balanço Econômico?

É o demonstrativo no qual são apresentados os valores e a participação percentual das diferentes formas de obtenção de recursos (exemplos: arrecadação de tributos, transferências recebidas e endividamento estatal) e de sua aplicação (exemplos: gastos com manutenção, investimentos e transferências constitucionais).

Permite-se, assim, verificar a execução dos gastos públicos, com base nos recursos destinados especificamente à gestão orçamentária, assim como o resultado orçamentário, na forma de superávit ou déficit. O Balanço Econômico contempla as administrações direta e indireta.

Tabela 12 | Balanço Econômico 2022 - Valores em R\$

Recursos Obtidos		AV <sup>1</sup>
Da Arrecadação de Tributos	40.458.971.507	58,85%
(-)Conta Redutora	-5.277.122.734	-7,68%
Da Exploração do Patrimônio Estatal	2.340.713.962	3,40%
(-)Conta Redutora	-4.424.754	-0,01%
De Transferências Recebidas	27.219.500.177	39,59%
(-)Conta Redutora	-2.907.992.628	-4,23%
De Alienações de Bens	22.176.120	0,03%
Do Endividamento Estatal	934.026.715	1,36%
Demais Receitas	5.976.728.635	8,69%
(-)Conta Redutora	-14.776.126	-0,02%
<b>Subtotal</b>	<b>68.747.800.874</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>68.747.800.874</b>	

Recursos Aplicados		AV <sup>1</sup>
<b>Gastos com Manutenção</b>	<b>42.492.792.746</b>	<b>62,16%</b>
Pessoal e Encargos Sociais exceto Previdência	17.393.246.924	25,44%
Previdência	10.563.454.195	15,45%
Outros Serviços de Terceiros	8.872.296.649	12,98%
Material de Consumo	600.468.611	0,88%
Locação de Mão-de-Obra	1.066.991.933	1,56%
Demais Gastos	3.996.334.436	5,85%
<b>Serviços da Dívida</b>	<b>2.221.848.018</b>	<b>3,25%</b>
Juros e Encargos	915.171.994	1,34%
Amortização	1.306.676.024	1,91%
<b>Investimentos</b>	<b>10.205.186.711</b>	<b>14,93%</b>
Inversões Financeiras	1.531.709.337	2,24%
Transf. Constitucionais a Municípios	9.209.063.942	13,47%
Outras Transferências	2.702.575.727	3,95%
<b>Subtotal</b>	<b>68.363.176.481</b>	<b>100,00%</b>
<b>Superávit/Déficit</b>	<b>384.624.393</b>	
<b>Total</b>	<b>68.747.800.874</b>	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

1 - Análise Vertical. Participação do item no Subtotal.

O estado da Bahia obteve recursos no valor de R\$ 68,75 bilhões – excluídas as Receitas Intra-orçamentárias. A análise da composição desse total revela que os seus itens mais significativos são: receitas da arrecadação de tributos, num total de R\$ 40,46 bilhões, ou 58,85% do total; e receitas de transferências, abrangendo transferências correntes e transferências de capital, no valor de R\$ 27,22 bilhões, correspondente a 39,59% dos recursos obtidos.

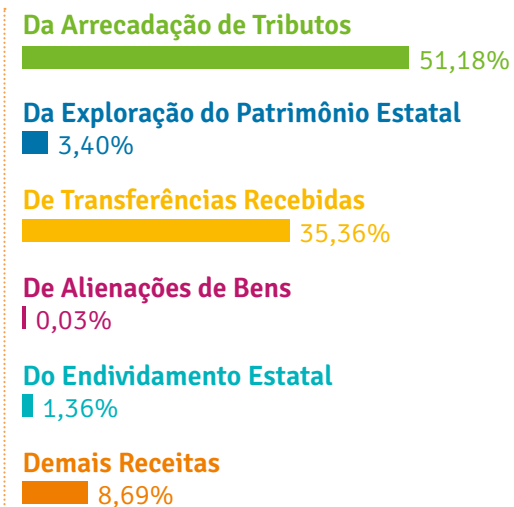
Considerando os recursos aplicados em 2022, o valor total é de R\$ 68,36 bilhões – excluídas as Despesas Intraorçamentárias, e o item mais

expressivo é o gasto com manutenção, no valor de R\$ 42,49 bilhões, ou 62,16% do total. Destes, destaca-se a despesa com pessoal e encargos, equivalente a 25,44%, e a despesa com previdência, que representou 15,45%.

O confronto entre os recursos obtidos e a aplicação de recursos tem como resultado um superávit orçamentário de R\$ 384,62 milhões.

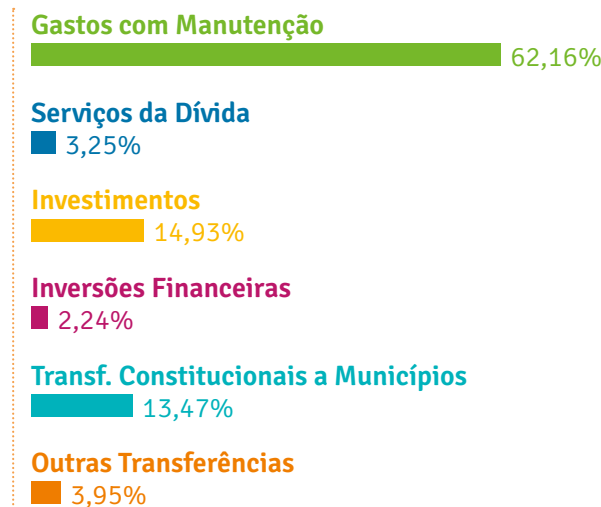
Comparando as participações líquidas percentuais, tanto nos recursos obtidos quanto nos aplicados, temos as seguintes situações:

Gráfico 12 | Recursos Obtidos - Líquidos



Fonte: FIPLAN

Gráfico 13 | Recursos Aplicados



Fonte: FIPLAN

## As Concessões de Serviços Públicos e a Parceria Público-Privada (PPP)



Uma das formas dos entes públicos atenderem às demandas da sociedade é através das **Concessões de Serviços Públicos**. O estado da Bahia vem realizando diversas concessões e viabilizado diversos investimentos, gerando benefícios à sociedade. Mas, como isso acontece? Vamos ver:

Cabe inicialmente destacar que um dos tipos de concessão muito relevante é a denominada Parceria Público-Privada, as PPP, que é uma espécie de Concessão de Serviços Públicos, conforme o Capítulo 2 da Parte III do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9ª edição: é a delegação contratual da execução do serviço público, precedida ou não de obra pública, permanecendo a titularidade com o poder público. Ainda conforme o citado MCASP, as concessões de serviços públicos dividem-se em duas categorias: **concessões comuns** e as **concessões especiais**.

As concessões comuns são aquelas reguladas pela Lei n.º 8.987/95 e, no caso da Bahia, pode-se citar os contratos de concessão da operação da travessia Salvador-Itaparica pelo **Sistema Ferry Boat** (Concessionária: INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S/A) e as concessões dos **Sistemas Rodoviários BA 093** (Concessionária: BAHIA NORTE S/A) e **BA-099 - Estrada do Coco/Linha Verde** (Concessionária: CLN – Concessionária Litoral Norte).

Já as concessões especiais são reguladas pela Lei n.º 11.079/2004 e são as chamadas Parceiras Público-Privadas – PPP. Esse tipo de concessão subdivide-se em: concessões **patrocinadas** e **administrativas**.

A diferença básica entre as concessões patrocinadas e as concessões administrativas é que, no caso das **patrocinadas**, o seu objeto é a concessão de serviços públicos ou obras de interesse público de que trata a Lei n.º 8.987/95, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.



No caso das concessões **administrativas** seu objeto é a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. Nesse caso, a remuneração do parceiro privado é sempre por contraprestação paga pelo Poder Público, **não** havendo cobrança de tarifas dos usuários.

Observe-se que, diferentemente das concessões comuns, no caso das PPP a premissa básica é que há sempre uma contraprestação pecuniária por parte do Poder Público, independentemente de haver cobrança de tarifas dos usuários.

### As PPP existentes em 2022 no estado da Bahia são as seguintes:

#### a) Arena Fonte Nova

Concessão administrativa para a Reconstrução e Operação do Estádio Octávio Mangabeira – Fonte Nova. A Concessionária Fonte Nova Participações S/A foi contratada em janeiro de 2010 pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos para reconstruir e operar a Arena Multiuso. A conversão do antigo estádio em uma Arena Multiuso, com capacidade para 50 mil torcedores, visou a dotar a cidade de um equipamento apto a sediar jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, permitindo, ainda, que a população tenha um importante equipamento de lazer, esporte e entretenimento.

#### b) Hospital do Subúrbio

O projeto visa a implementar no hospital geral público estadual a gestão privada, a fim de ofertar atendimento gratuito com alta qualidade. O Hospital é classificado como um hospital público de porta aberta, com foco em atendimentos de urgência e emergência em alta complexidade, contando com centro de bioimagem, raios X, tomógrafo, ultrassonografia, ressonância magnética e endoscopia, dentre outros. Está localizado no bairro de Periperi, em Salvador (Bahia), na região do Subúrbio Ferroviário.

#### c) Instituto Couto Maia

Concessão administrativa para a Construção e Operação de Serviços não Assistenciais do Instituto Couto Maia. A nova unidade resulta da fusão entre duas unidades atualmente operacionais, que são: Hospital Especializado Couto Maia; e Hospital Especializado Dom Rodrigo de Menezes. A fusão resultará no Instituto Couto Maia – ICOM, com perfil mais abrangente que as duas unidades originais. A unidade será especializada em doenças infecciosas e em dermatologia sanitária, com um total de 155 leitos, e área construída de 18 mil metros quadrados, em terreno de 50 mil metros quadrados em Salvador, Bahia.

#### d) Metrô de Salvador e Lauro de Freitas

Este projeto visa à implantação e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, por meio de concessão patrocinada, abrangendo a construção da linha 2 do metrô e conclusão das obras da linha 1, interligando os municípios de Salvador e Lauro de Freitas, com extensão total de cerca de 36 km.

#### e) Diagnóstico por Imagem

Gestão e operação de Serviço de Apoio ao Diagnóstico por Imagem em uma Central de Imagem e em 12 Unidades Hospitalares integrantes da Rede Própria da Secretaria de Saúde do Estado. O projeto tem como objetivo a prestação de Serviços de Apoio ao Diagnóstico, em regime de PPP, para o provimento dos serviços de telemedicina e bioimagem, em elevadas condições de qualidade e acessibilidade. O prazo da concessão será de 11 anos e 6 meses, contado a partir da data da assinatura do contrato de concessão.

#### f) Emissário Submarino

O projeto visa à construção e operação do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, parte integrante do Programa de Ampliação de Esgotamento Sanitário da cidade de Salvador. O projeto compreende a ampliação da Estação Elevatória do Saboeiro, implantação de linhas de recalque,

construção de Estação de Condicionamento Prévio e implantação dos Emissários Terrestre e Submarino.

#### g) BA-052 - Estrada do Feijão

O projeto visa à reabilitação e manutenção (“brownfield”) em um trecho de 462 km da Rodovia BA-052, que liga Feira de Santana a Xique-Xique; 85 km da Rodovia BA-160, que liga Xique-Xique à Ponte; e, adicionalmente, a construção de uma Ponte (“greenfield”) de 1 km ligando os municípios de Xique-Xique à Barra. O objeto é a delegação, por meio de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, das obras e dos Serviços necessários para a operação, manutenção e revitalização do Sistema BA-052.

#### h) Veículo Leves sobre Trilhos – VLT

O Projeto consiste na concessão patrocinada para implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação e manutenção do Veículo Leve sobre Trilhos ou outro modal equivalente de transporte público sobre trilho ou guia e movido à propulsão elétrica (VLT do Subúrbio), tendo como principal objetivo a integração entre o Subúrbio e os principais corredores de transporte público de massa da cidade de Salvador, com 19,9 quilômetros de extensão ao longo de 22 estações, substituindo o atual trem do Subúrbio (em implantação).

### i) Sistema Rodoviário Ponte Salvador / Ilha de Itaparica

Delegação por meio de parceria público-privada na modalidade de concessão patrocinada, das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema rodoviário Ponte Salvador–Ilha de Itaparica (em implantação).

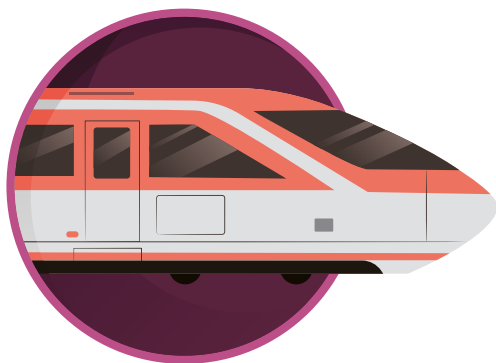
### Nos casos acima, pode-se dividir as PPP da seguinte forma:

#### Concessões Patrocinadas

Metrô de Salvador e Lauro de Freitas, BA-052 – Estrada do Feijão, Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT e Sistema Rodoviário Ponte Salvador–Ilha de Itaparica.

#### Concessões Administrativas

Arena Fonte Nova, Hospital do Subúrbio, Instituto Couto Maia, Diagnóstico por Imagem e Emissário Submarino.



### O que são os Consórcios Públicos?

Os Consórcios Públicos “são parcerias formadas por dois ou mais entes da Federação para a gestão associada de serviços públicos, bem como para a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, conforme artigo 241 da Constituição Federal/1988, regulamentado pela Lei n.º 11.107/2005 e pelo Decreto n.º 6.017/2007”. (MCASP, 9ª edição. Parte III, Cap. 7).

Imaginemos da seguinte forma. Digamos que em sua rua existam 100 casas e os moradores decidiram construir uma horta comunitária para servir a todos utilizando um terreno disponível na região. No primeiro momento, será preciso investir na criação da horta, materiais, sementes, mudas etc. e, em seguida, haverá um custo de manutenção.

Como todos utilizarão a horta, ficou estabelecido que os gastos de criação da horta (investimento) e sua manutenção (custo e despesas) seriam rateados de forma proporcional à quantidade de moradores de cada casa.

Para facilitar, os gastos foram divididos em cotas de acordo com a quantidade total de moradores (população) e cada casa arcaria com a quantidade de “cotas” nela residentes.

Ou seja, uma casa com cinco moradores, pagaria cinco cotas, a casa com três moradores, três cotas, e assim sucessivamente.

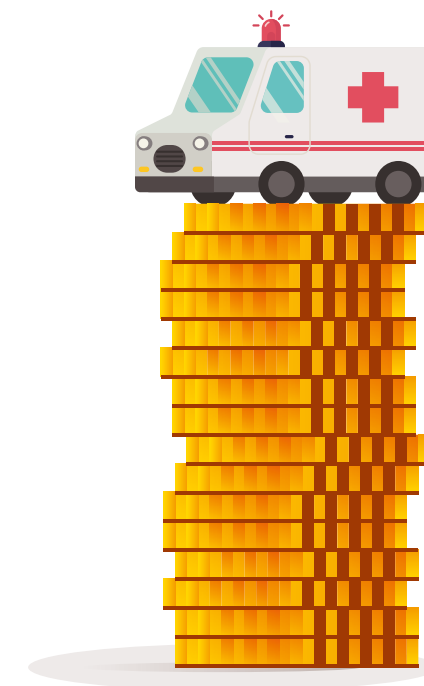
No caso dos consórcios interfederativos funciona do mesmo jeito. O fator população e/ou outros estabelecidos no contrato de rateio, de cada município ou estado, é que determina as cotas de cada ente e, com isso, ele contribuirá no consórcio de forma proporcional.

Um detalhe no caso dos consórcios de saúde que envolve o estado da Bahia é que, por ser esse o ente com um poder econômico-financeiro maior, o estado ficou responsável pela construção e equipagem dos equipamentos e com 40% das cotas. Os outros 60% é que foram rateados entre os municípios participantes.

Conforme o item 7.2 da parte III do MCASP (9ª edição), o contrato de rateio é o instrumento pelo qual os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, consignados em suas respectivas leis orçamentárias anuais (LOA).

Para tal, cada ente consorciado deve incluir em seus instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) ações e dotações orçamentárias inerentes à prestação dos serviços públicos objeto do consórcio.

O estado da Bahia, especificamente na área de saúde, está consorciado a diversos municípios baianos com o objetivo de prestação de serviço de saúde por meio de Policlínicas e Hospitais Regionais conforme quadro seguinte, em que se apresenta a avaliação do valor de cada consórcio para o estado por meio da sistemática da Avaliação Proporcional Patrimonial (Conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP):



**Tabela 13** | Participações em Consórcios Públicos

Avaliados pelo método da Apropriação Proporcional Patrimonial

Consórcios Públicos	Participação do Estado (%) (a)	Patrimônio Líquido (PL) <sup>1</sup> (b)	Valor da Apropriação Proporcional Patrimonial (R\$) (c) = (b)*(a)%	Valor Contábil da Participação (d)	Resultado Positivo / (Negativo) da Apropriação (e) = (c) - (d)	Provisão para Perdas na Participação
Litoral Norte e Agreste Baiano – CLINAB (Alagoinhas)	40	4.199.206,87	1.679.682,75	7.068.234,16	-5.388.551,41	-
Região de Brumado	40	-5.302.671,37	-2.121.068,55	4.069.877,29	-4.069.877,29	-2.121.068,55
Portal do Sertão (Feira de Santana)	40	17.308.062,65	6.923.225,06	7.001.272,50	-78.047,44	-
Alto Sertão (Guanambi)	40	2.879.137,46	1.151.654,98	4.804.699,67	-3.653.044,69	-
Região de Irecê	40	7.734.921,52	3.093.968,61	8.616.666,98	-5.522.698,37	-
Região de Itabuna e Ilhéus	40	10.030.470,99	4.012.188,40	12.082.793,50	-8.070.605,10	-
Região da Chapada (Jacobina)	40	2.763.172,88	1.105.269,15	4.933.537,81	-3.828.268,66	-
Região de Jequié	40	2.963.024,31	1.185.209,72	6.194.036,46	-5.008.826,74	-
Região de Juazeiro	40	864.548,04	345.819,22	4.058.197,31	-3.712.378,09	-
Região de Paulo Afonso	40	13.726.162,36	5.490.464,94	11.444.565,32	-5.954.100,38	-
Nordeste II (Ribeira do Pombal)	40	15.126.439,97	6.050.575,99	8.563.387,32	-2.512.811,33	-
Região do Metro Recôncavo Norte - MRN	40	15.116.173,67	6.046.469,47	10.145.874,82	-4.099.405,35	-
Reconvale (Santo Antônio de Jesus)	40	43.301.517,34	17.320.606,94	5.167.099,00	12.153.507,94	-
Região de Senhor do Bonfim	40	11.983.309,38	4.793.323,75	4.623.632,30	169.691,45	-
Extremo Sul da Bahia (Teixeira de Freitas)	40	2.299.715,10	919.886,04	4.024.097,94	-3.104.211,90	-
Região do Baixo Sul (Valença)	40	3.993.690,92	1.597.476,37	5.572.386,13	-3.974.909,76	-
Região de Vitória da Conquista/Itapetinga	40	-8.367.114,92	-3.346.845,97	5.416.025,42	-5.416.025,42	-3.346.845,97
Consórcios Públicos - Policlínica de Barreiras	40	26.125.343,73	10.450.137,49	7.097.232,69	3.352.904,80	-
Costa do Descobrimento - Eunápolis	40	1.875.055,98	750.022,39	8.059.989,43	-7.309.967,04	-
Região de Itaberaba e Seabra <sup>2</sup>	40	4.362.202,34	1.744.880,94	4.152.800,00	-2.407.919,06	-
Região de Serrinha	40	19.868.570,46	7.947.428,18	11.056.302,67	-3.108.874,49	-
Bacia do Rio Corrente - Santa Maria da Vitória <sup>3</sup>	40	6.336.936,65	2.534.774,66	3.202.688,00	-667.913,34	-
<b>Total</b>		<b>199.187.876</b>	<b>79.675.151</b>	<b>147.355.397</b>	<b>-62.212.332</b>	<b>-5.467.915</b>

Fonte: FIPLAN e Informações das Empresas

1 - Patrimônio Líquido dos consórcios com base no Balanço de 31/10/2022. 2 - O Consórcio da **Região de Itaberaba e Seabra** apresentou Patrimônio Líquido negativo. Em função disso, foi contabilizada uma Provisão para Perdas no valor de R\$ 1.788.260.

3 - O Consórcio Público Interfederativo da **Região de Saúde de Santa Maria da Vitória** não teve Balanço Patrimonial a ser apresentado, porque os repasses financeiros começaram apenas na competência dez/21.

O estado ainda participa do Consórcio Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, o Consórcio Nordeste. Nesse caso, como só participam estados, o rateio foi estabelecido envolvendo a população (50%), o PIB per capita relativo (30%) e uma parte igualitária (20%). A partir desses critérios, o estado da Bahia participa com 19,04%, aproximadamente. A tabela seguinte apresenta os seus números da Avaliação Proporcional Patrimonial para esse consórcio no Estado da Bahia:

**Tabela 14** | Participações em Consórcios Públicos  
Avaliados pelo método da Apropriação Proporcional Patrimonial

Consórcios Públicos	Participação do Estado (%) (a)	Patrimônio Líquido (PL) <sup>1</sup> (b)	Valor da Apropriação Proporcional Patrimonial (R\$) (c) = (b)*(a)%	Valor Contábil da Participação (d)	Resultado Positivo / (Negativo) da Apropriação (e) = (c) - (d)	Provisão para Perdas na Participação
Consórcio estadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste	19,04	58.457.463	11.130.301	2.199.066	8.931.235	-
<b>Total</b>		<b>58.457.463</b>	<b>11.130.301</b>	<b>2.199.066</b>	<b>8.931.235</b>	<b>-</b>

Fonte: FIPLAN e Consórcios Nordeste  
1 - Patrimônio Líquido do Consórcio Nordeste com base no Balanço de 31/10/2022.





## Conclusão

Os relatórios constantes da presente prestação de contas demonstram que o estado da Bahia – apesar da crise que atinge a economia nacional e afeta suas receitas de forma negativa, agravada desde 2020 pelo cenário de pandemia – tem cumprido todos os indicadores constitucionais, os da Lei de Responsabilidade Fiscal e os do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF; tem mantido o equilíbrio fiscal e continua firme no seu propósito de reduzir as desigualdades, criar oportunidades para todos e cuidar do bem estar social.

## Equipe Técnica

- Audenice Siqueira Bezerra
- Arlindo Luiz de Santana Junior
- Bruno Jesus de Lima
- Caio Marcio Ferreira Greve
- Camille Galvão de Moura Bouzas
- Carina Ramos Santos
- Carlos Eugênio Neri Miranda
- Cecília Queiroz Vasconcelos Gouvea
- Daniel Lanza Escolástico
- Érica Advincula de Souza
- Erickson Sodré Afonso
- Gil Edielg Santana Sousa
- Gélio da Silva Figueiredo
- Henry Cezar Ce Filho
- Ilan Nogueira de Oliveira Santana
- Ionara Falcão Modesto
- Ionara Naiara Carvalho Santos
- Itamar Araujo Gomes Junior
- Jerffson Alves Cirqueira
- Jorge Jose Vieira da Silva
- Leandro da Anunciação Machado
- Manuel Roque dos Santos Filho
- Marcelo Passos de Freitas
- Murilo Carneiro da Costa
- Otávio Antônio Nunes West
- Pedro Cruz de Almeida
- Raimundo Gibernon de Almeida
- Ramon Francisco das Mercês Santos
- Rodrigo Carreiro da Silva
- Rosângela Pereira de Brito
- Sérgio Augusto dos Santos Lima Junior
- Tereza Neuman Almeida Fonseca Portugal
- Wellington Das Virgens Correia Junior

Bahia. Governo do Estado.  
B151p Prestação de Contas Anual Simplificada 2022 / Organizador, Manuel  
Roque dos Santos Filho; equipe técnica, Itamar Araújo Gomes Júnior... [et al.].  
Salvador: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2023.  
77p. : il. Color.

Título anterior: Prestação de Contas Anual Simplificada 2021.

1. Administração pública – Prestação de contas – Bahia.  
I. Bahia. Secretaria da Fazenda. II. Título

CDD 351  
CDU 35

Elaboração da Ficha Catalográfica: Coordenador da Biblioteca UCS/SEFAZ- Jean Bezerra.

Essa cartilha foi composta com auxílio  
das famílias tipográficas **Figtree** e **Signika**.



GOVERNO DO ESTADO  
**BAHIA**  
SECRETARIA DA FAZENDA